



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

*O Tribunal
da Cidadania*

BRASÍLIA - DF - 2026



SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

*O Tribunal
da Cidadania*

BRASÍLIA - DF - 2026

PRESIDENTE

Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**

VICE-PRESIDENTE

Luis Felipe Salomão

MINISTROS

Francisco Cândido de Melo **Falcão** Neto

Fátima **Nancy** Andrighi

João Otávio de Noronha

Humberto Eustáquio Soares **Martins**

Maria Thereza Rocha de Assis **Moura**

Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**

Mauro Luiz **Campbell** Marques

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues

Antonio **Carlos** Ferreira

Ricardo **Villas** Bôas Cueva

Sebastião Alves dos Reis **Júnior**

Marco Aurélio Gastaldi **Buzzi**

Marco Aurélio **Bellizze** Oliveira

Sérgio Luíz **Kukina**

Paulo Dias de **Moura** **Ribeiro**

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado **Cruz**

Luiz Alberto **Gurgel** de **Faria**

Reynaldo Soares da **Fonseca**

Marcelo Navarro **Ribeiro** **Dantas**

Antonio **Saldanha** **Palheiro**

Joel Ilan **Paciornik**

Messod **Azulay** **Neto**

Paulo **Sérgio** **Domingues**

Teodoro **Silva** **Santos**

José **Afrânio** **Vilela**

Daniela Rodrigues **Teixeira**

Maria **Marluce** **Caldas** **Bezerra**

Carlos Augusto **Pires** **Brandão**

SECRETÁRIO JUDICIAL DA PRESIDÊNCIA

Fernando da Fonseca Gajardoni

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Carl Olav Smith

DIRETOR-GERAL

Sergio José Americo Pedreira

DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Mídias

Boas-vindas!

De acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 84, de 22 de abril de 2020, referentes à Decisão Normativa TCU n. 198, de 23 de março de 2022, e *Instrução Normativa STJ/GP n. 23 de 9 de dezembro de 2020*, o Superior Tribunal de Justiça apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2025, em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo avaliar como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à população brasileira.

O relato integrado do STJ está assim estruturado:

- 1. Governança do STJ**, em que será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, a análise do cenário, a maneira como o STJ enfrenta seus desafios com base nas premissas de uso de planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles internos.
- 2. Resultados da gestão**, em que se demonstram os resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos traçados no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Além disso, há informações de áreas específicas da gestão.

Boa leitura!

Mensagem do Presidente

Ao fim de 2025, apresentamos mais um **Relatório de Gestão**, documento que traduz o compromisso permanente desta Corte com a transparência, a responsabilidade institucional e a melhoria contínua da prestação jurisdicional, principal valor público entregue à sociedade.

O ano foi marcado por desafios significativos, decorrentes do constante aumento da demanda processual e da complexidade dos temas submetidos à apreciação do Tribunal. Ainda assim, os resultados alcançados demonstram a capacidade do STJ de se adaptar, inovar e entregar respostas efetivas, mantendo o foco em uma justiça cada vez mais ágil, moderna, preventiva e cidadã.

EM 2024 *Foram mais de*

485 mil

Processos Recebidos

698 mil

Processos Julgados

EM 2025 *Foram mais de*

508 mil

Processos Recebidos

781 mil

Processos Julgados

As informações consolidadas neste relatório evidenciam o esforço conjunto de todo o corpo funcional deste Tribunal, que, com elevado senso de responsabilidade pública, contribuiu para o aprimoramento dos processos de trabalho e para o fortalecimento da governança institucional. Mesmo diante de um cenário desafiador, avançamos na adoção de boas práticas de gestão, no uso estratégico de dados e na consolidação de mecanismos de planejamento, monitoramento e controle.

No campo da inovação, demos continuidade à modernização de suas soluções tecnológicas, ampliando o uso de ferramentas digitais, automação e inteligência artificial, sempre com o objetivo de tornar mais eficiente a atividade jurisdicional e administrativa. Essas iniciativas refletem o nosso compromisso com a transformação digital responsável, orientada à geração de valor público e à melhoria da experiência do cidadão.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento das ações de governança, gestão de riscos e conformidade, alinhadas às diretrizes dos órgãos de controle e às melhores práticas da administração pública. O relato integrado apresentado neste documento permite uma visão sistêmica do desempenho institucional, evidenciando como recursos, estratégias e resultados se conectam para o cumprimento de nossa missão de **uniformizar a interpretação da legislação federal e oferecer à sociedade uma justiça ágil e cidadã.**

Por fim, registro meu reconhecimento e agradecimento a todas as pessoas que constroem diariamente o Superior Tribunal de Justiça. O empenho coletivo, a dedicação e o compromisso com o interesse público são fundamentais para que esta Corte continue a evoluir, enfrentando os desafios presentes e futuros com responsabilidade, ética e observância estrita da lei.

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin
PRESIDENTE DO STJ



Sumário

1. Governança do STJ	10
Visão Geral	11
Planejamento Estratégico	15
Governança	20
Gestão de Riscos e Controles Internos	27
Relacionamento com a sociedade	31
2. Resultados da Gestão	39
STJ em números	40
Gestão orçamentária e financeira	46
Demonstrações Contábeis	56
Gestão de Pessoas	57
Licitações e Contratos	66
Gestão de tecnologia da informação	67
Sustentabilidade	71

1. Governança do STJ

Visão Geral

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça – STJ é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, o qual estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, especialmente no julgamento de recursos especiais.

O art. 105, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam em conjunto com este, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira - Enfam; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF.

Em conformidade com o mesmo art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, a Enfam, criada pela Emenda à Constituição n. 45, tem como missão “promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social”.

A Escola apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento dos magistrados a partir de diretrizes pautadas nos objetivos da instituição. Nesse sentido, a Enfam tem suas principais atribuições demarcadas em três áreas de atuação: i) planejar, executar e coordenar as ações educacionais; ii) elaborar normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados; e iii) credenciar e acompanhar os cursos oficiais ofertados pelas escolas judiciais e de magistratura.

Quanto ao o CJF, é uma unidade prestadora de contas específica, por isso as informações sobre esse órgão são tratadas em *relatório de gestão* próprio.

Em dezembro de 2025, a estrutura orgânica do Tribunal estava instituída pela **Resolução STJ/GP n. 35 de 17 de dezembro de 2025**. A estrutura organizacional, baseada no modelo funcional, distribui competências às unidades do STJ segundo o critério da especialização, e estas se encontram disciplinadas no Manual de Organização do STJ, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 19 de 11 de junho de 2025**¹.

1 O Manual está sendo revisto com previsão de nova publicação em 2026.

Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça



Quadro 1 - Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça

O STJ funciona:

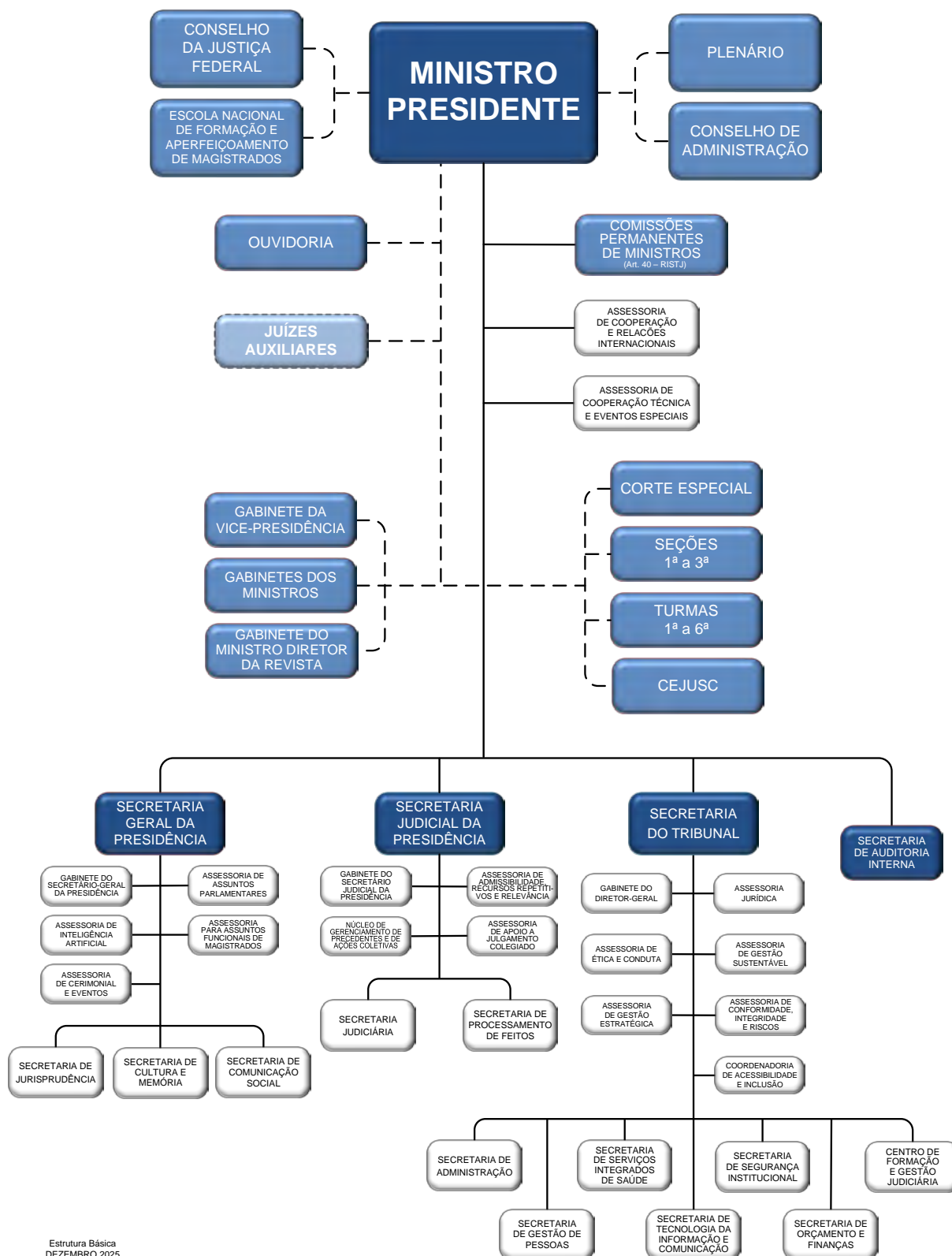
- I – em Plenário e pelo seu órgão especial (Constituição, art. 93, XI), denominado Corte Especial;
- II – em Seções especializadas;
- III – em Turmas especializadas.

A competência desses órgãos encontra-se detalhada do art. 1º ao 7º do **Regimento Interno do STJ**.

Também estão previstos, na estrutura do Tribunal, o Conselho de Administração, integrado pelas ministras e ministros mais antigos e presidido por quem está como presidente da Corte, ao qual compete decidir sobre matéria administrativa, e as Comissões de Ministros, permanentes ou temporárias, que colaboram no desempenho dos encargos do STJ.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

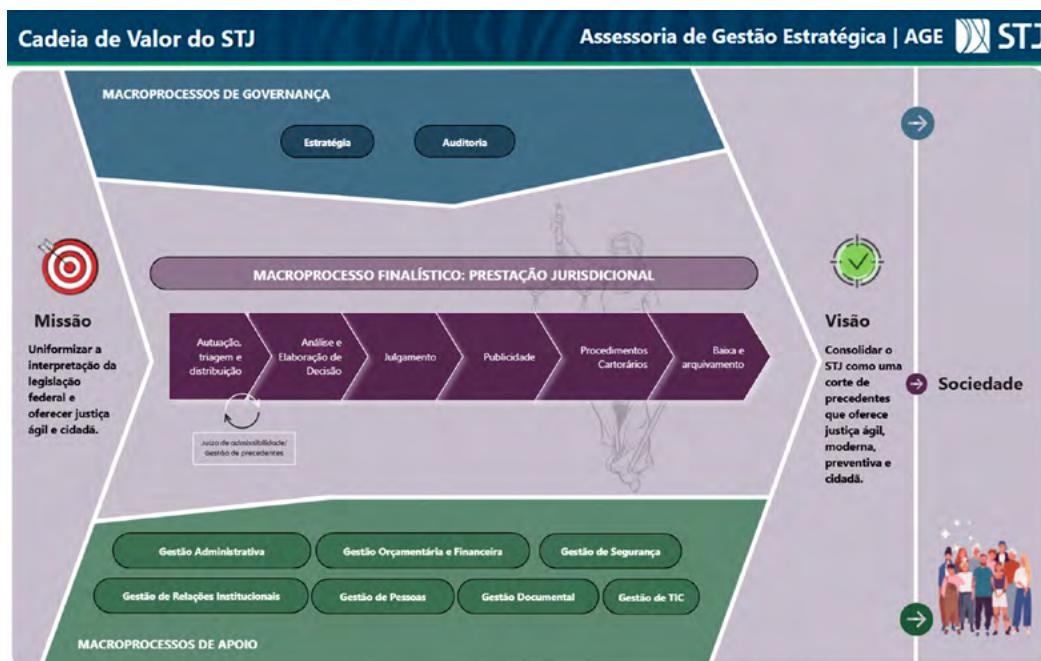
Resolução STJ/GP nº 35 de 17/12/2025, publicada no Dje do STJ nº 4229 de 19/12/2025.



Estrutura Básica
DEZEMBRO 2025

Quadro 2 - Organograma do Superior Tribunal de Justiça

O macroprocesso finalístico do STJ é a **prestação jurisdicional**. Compreende o processamento do feito desde seu recebimento no Tribunal até sua baixa definitiva. O fluxo da prestação jurisdicional, bem como sua interação com os macroprocessos de governança e de apoio, é representado graficamente pela Cadeia de Valor do STJ.



Quadro 3 - Cadeia de Valor do STJ

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Em se tratando da Enfam, anualmente, é elaborado o *Relatório de Gestão*, que traz informações sobre identificação, estrutura e ambiente da Escola, bem como objetivos e resultados de cada exercício.



Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

O documento analisa aspectos como o desempenho operacional, orçamentário e a atuação da instituição quanto às suas atividades específicas.



Quadro 4 - Prédio do Conselho da Justiça Federal, onde fica a Enfam

Planejamento Estratégico

Em razão da crescente complexidade da vida moderna e do aumento expressivo das controvérsias judiciais, o Superior Tribunal de Justiça tem enfrentado desafios contínuos na interpretação e na uniformização das normas infraconstitucionais. Para responder de forma eficaz a essa demanda, o Tribunal tem adotado estratégias voltadas à consolidação e à clara comunicação de suas diretrizes internas, com o objetivo de aprimorar os resultados institucionais e atender, com qualidade e eficiência, às expectativas do cidadão que recorre à Justiça.

Com esse foco, desde 2004, quando se adotou o *Balanced Scorecard* – *BSC* como metodologia de gestão, o Tribunal utiliza o plano estratégico como instrumento para nortear suas ações.

A partir de então, a gestão estratégica do STJ está em total alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o Poder Judiciário, o que permite a esta Corte atuar de forma participativa, tanto no contexto da justiça nacional quanto internamente, visando à melhoria de seu desempenho e de sua produtividade a cada ciclo estratégico.

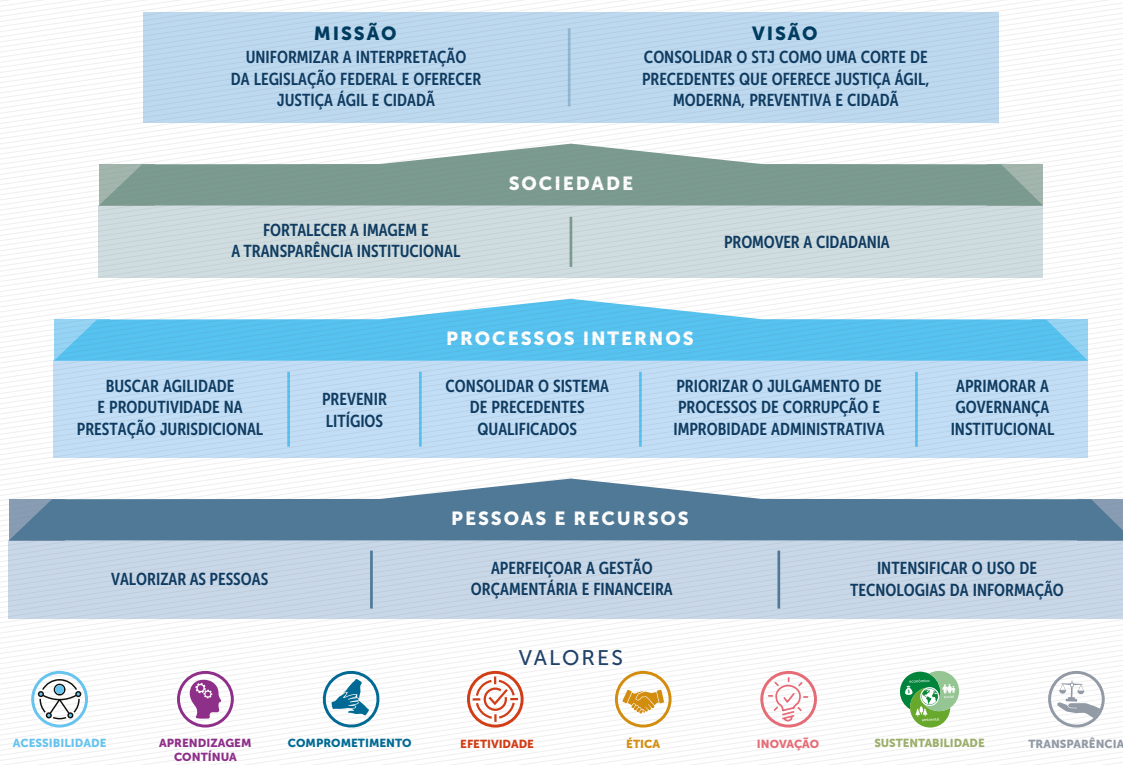
Atualmente, está vigente o *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, aprovado pela *Resolução STJ/GP n. 23 de 8 de julho de 2021*. Sua estruturação foi delineada sob três perspectivas: **Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Recursos**.

Sociedade possibilita avaliar o impacto da estratégia e serve como direcionamento para os objetivos e medidas das outras perspectivas, por isso se encontra no topo do mapa estratégico. Procura representar como a instituição se relaciona com o público de seus serviços.

Processos Internos esta perspectiva identifica aspectos da prestação jurisdicional, o principal macroprocesso do STJ, no qual a organização deve alcançar a excelência para poder agregar valor aos seus serviços. É entendida como o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à prestação jurisdicional, priorizando as demandas repetitivas, as de grandes litigantes e as de combate à corrupção, com vistas a alcançar a efetividade e a excelência nos serviços oferecidos à sociedade. Além disso, a perspectiva abrange a governança institucional, reflexo da visão gerencial norteadora de todas as atividades da Corte.

Pessoas e Recursos é a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, já que, com uma gestão orçamentária eficiente, é possível garantir a infraestrutura tecnológica apropriada e os investimentos no desenvolvimento e valorização das pessoas, que são fundamentais para suportar a evolução dos processos da atividade-fim.

MAPA ESTRATÉGICO DO STJ • 2021-2026



Quadro 5 - Mapa Estratégico do Plano STJ 2021-2026

O plano é acompanhado sistematicamente, por meio de monitoramento do desempenho dos indicadores e das iniciativas estratégicas. As pessoas responsáveis por esse gerenciamento são designadas por meio de portaria específica. O acompanhamento periódico dos resultados é feito pelo painel **Resultados Estratégicos**. A execução do planejamento é avaliada e ajustada nas reuniões de análise estratégica – RAE, das quais participam gestoras e gestores da estrutura de governança do Tribunal.

As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo de monitoramento do plano.

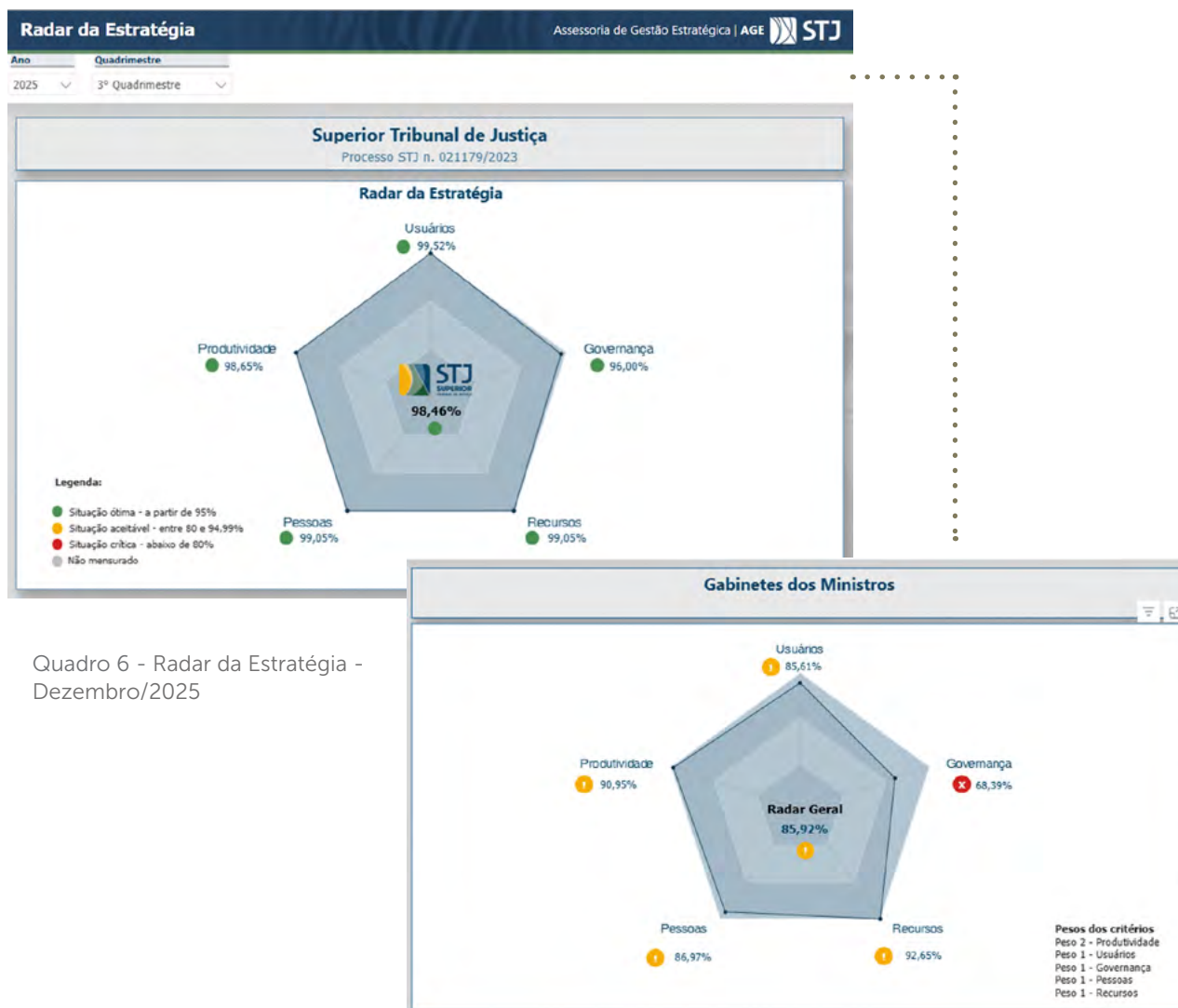
Para o ciclo de 2025, o desempenho geral do plano ficou acima de 97%, conforme o painel de **Resultados Estratégicos**. No portal da **Transparência e prestação de contas**, encontram-se mais informações sobre a Gestão Estratégica do STJ.

Desdobramento da estratégia do STJ em suas unidades

Quando se trata do desdobramento da estratégia institucional por suas unidades, informa-se que ocorre por meio do Alinhamento Estratégico do STJ, aprovado pela *Instrução Normativa STJ/GDG n. 27 de 28 de novembro de 2022*. É uma metodologia específica a qual busca compatibilizar a atuação das unidades do Tribunal à estratégia delineada no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Com isso, identificam-se os objetivos, os indicadores e as iniciativas setoriais, de modo que todas visualizem sua contribuição para a consecução dos resultados almejados pela instituição.

Em 2025, a **metodologia do alinhamento estratégico** foi atualizada de forma que o corpo funcional do Tribunal compreenda a estratégia do STJ e de suas respectivas unidades e se comprometa cada vez mais.

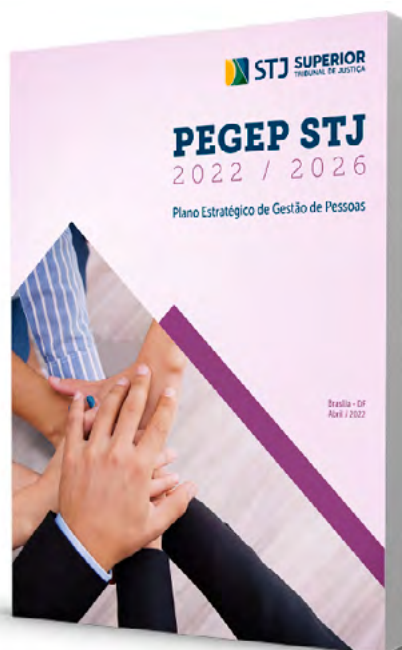
Os resultados das unidades e dos gabinetes de ministras e ministros participantes podem ser conferidos no painel de **Resultados Estratégicos**.



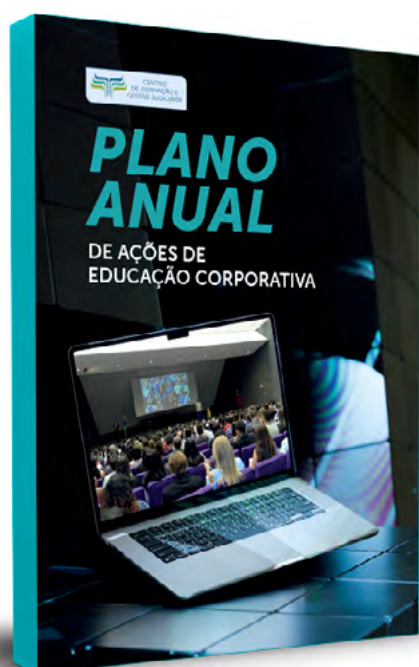
Quadro 6 - Radar da Estratégia - Dezembro/2025

Em consonância com o plano estratégico, há outros planejamentos temáticos complementares.

O *PEGEP STJ 2022/2026*, aprovado pela *Instrução Normativa STJ/GP n. 9 de 1º de abril de 2022*, foi construído em parceria pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – SIS, pelo Centro de Formação e Gestão Judiciária – Cefor e pela Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão – ACIN. No STJ, a gestão de pessoas é um macroprocesso transversal que perpassa, atualmente, essas quatro unidades, em termos formais e por delegação estrutural. O macroprocesso é entendido como a integração de subprocessos concernentes ao provimento de cargos, ao desenvolvimento e valorização de pessoas, à atualização e manutenção dos registros funcionais, à concessão de direitos, ao cumprimento de deveres do corpo funcional, à remuneração, à acessibilidade e inclusão, à assistência médica e ao plano de benefícios de servidoras e de servidores e das magistradas e dos magistrados.



Quadro 7 - PEGEP STJ 2022/2026



Quadro 8 - PAC STJ 2025

Outro plano que contribui para a gestão de pessoas, especificamente voltado para as ações de treinamento no Tribunal, é o *Plano Anual de Capacitação – PAC*, que serve de base para o planejamento de capacitações ofertadas durante o ano. Em 2025, os agrupamentos das ações educacionais foram distribuídos em 15 categorias.

Quando o assunto é o plano de gestão de tecnologia da informação e comunicação, tem-se o *Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PD-TIC* para o biênio de **2025-2026** (*Instrução Normativa STJ/GDG n. 6 de 9 de abril de 2025*). Segundo o Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário, anexo do normativo da *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD*, o planejamento de

TIC é um processo de gestão com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação da organização, considerando-se, inclusive, a visão de longo prazo. Envolve a identificação e priorização das necessidades organizacionais e a definição de projetos, ações e metas para supri-las. O planejamento de TIC é complemento natural e necessário do planejamento estratégico institucional, estabelecendo diretrizes e ações transversais para suportar objetivos de negócio de todas as áreas da organização.

O PDTIC é o instrumento que contém o diagnóstico, o planejamento e a gestão de recursos e processos e declara os objetivos, as estratégias e os indicadores da área de tecnologia da informação e comunicação em harmonia com os objetivos institucionais do órgão, visando a atender às necessidades de tecnologia de informação e comunicação do Tribunal para um determinado período. Com ele, é possível orientar as ações para atingir os objetivos do STJ, reduzir riscos e melhor aproveitar os recursos disponíveis.

Importante frisar que o PDTIC é a base para a confecção do **Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCTIC**, de modo a incluir todas as contratações necessárias ao alcance dos objetivos nos planejamentos do órgão e de TIC. O PCTIC compõe o PDTIC e subsidia a confecção do **Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq** do Superior Tribunal de Justiça, referente às soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Quadro 9 - PCAq 2025 e PDTIC STJ 2025/2026

Governança

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema governança é tratado pelo objetivo **Aprimorar a governança institucional**, cujo foco é direcionar, avaliar e monitorar a gestão do Tribunal, especialmente no que se refere às práticas de liderança, estratégia, controle, governança de pessoas, de aquisições, de TI e orçamentária, de modo a proporcionar inovação e melhoria dos processos de trabalho que contribuem para entregar à sociedade o principal valor público do Tribunal, a saber, **uma efetiva prestação jurisdicional**.

O desempenho do objetivo é mensurado por indicadores e iniciativas estratégicas. Em 2025, destaque-se o projeto **Chama**, que busca estruturar o serviço de suporte às lideranças prestado pela área de gestão de pessoas em temáticas como teletrabalho, clima organizacional, motivação, seleções internas, diversidade, desempenho e produtividade, sucessão, direitos dos servidores, acompanhamento funcional, trabalho em equipe, negociações, conflitos, comunicações e mudanças internas, entre outras. Isso demonstra a preocupação do Tribunal em preparar sua equipe de gestão para a nova era da informação.

Quanto aos indicadores, o **Prêmio CNJ de Qualidade**, que acompanha o desempenho do STJ diante da pontuação exigida pelo CNJ para obtenção do selo diamante, mais uma vez ficou em 100%, pois o Tribunal foi contemplado com o selo Diamante. O destaque ficou por conta do eixo Dados e Tecnologia, que alcançou a pontuação máxima.



Outro realce fica por conta do indicador **Compliance no STJ**, que monitora o percentual de implementação das obrigações de compliance, com quase 93% de cumprimento frente a uma meta de 100%. Essas obrigações são necessidades ou expectativas declaradas em normativo, de forma obrigatória ou facultativa, ou constantes das melhores práticas amplamente aceitas no âmbito de atuação do STJ. Em 2025, foram analisadas 71 normas com desdobramento em 1.197 obrigações.

O desempenho do indicador **Governança no STJ** ficou próximo dos 83%, o que representa mais de 80 práticas plenamente atendidas diante de um universo de 101. Em termos de diversidade e inclusão, prática relacionada à sustentabilidade social, tema tão caro à sociedade, as áreas responsáveis desempenham ações de inclusão social e os comitês de gênero e equidade racial estão formalmente atuando.

A métrica **Atendimento às recomendações** superou os 95% de cumprimento, considerando as 184 recomendações atendidas de um total de 193 expedidas pela unidade de auditoria interna do STJ. A ideia é propor às unidades ações para corrigir desconformidades, tratar riscos e aperfeiçoar processos de trabalho e controles.

Em 2025, o **Centro de Estudos Prospectivos** completa seu segundo ano. Essa iniciativa foi criada para pensar cenários futuros e apoiar decisões institucionais, utilizando a metodologia de planejamento de cenários para superar os desafios do STJ. O objetivo é analisar o passado e o presente para antecipar tendências futuras.

As principais condicionantes consideradas em 2025 foram: novos casos, perfil da gestão do STJ, impacto dos recursos repetitivos, expectativa de vida da população e índices de violência na sociedade brasileira.

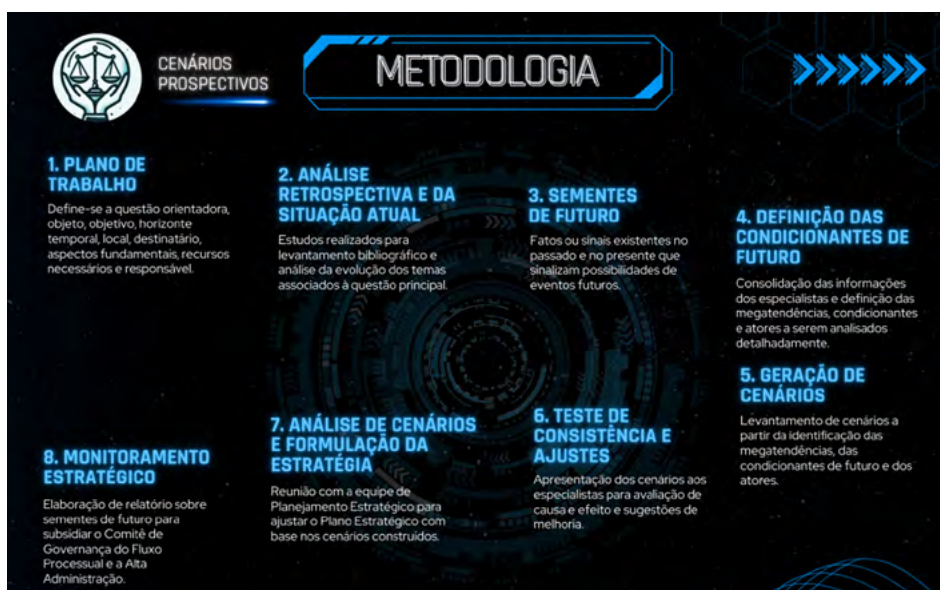
O modelo matemático desenvolvido para prever o número de novos casos no STJ revelou-se bastante sensível a variáveis difíceis de incorporar, como mudanças na produtividade dos tribunais de origem causadas por eventos climáticos ou forças-tarefa. Apesar disso, o modelo está sendo aprimorado para permitir análises mais críticas sobre sua utilidade. Por outro lado, o aumento do número de *habeas corpus* recebidos motivou a produção de uma nota técnica pelo centro, com sugestões estratégicas para lidar com esse tema.

O impacto dos recursos repetitivos foi identificado como uma condicionante relevante, tornando-se uma estratégia central nos estudos voltados para conter o crescimento das demandas de HCs no STJ.

Em relação ao perfil de gestão do Tribunal, outra nota técnica foi elaborada sugerindo mudanças regimentais que promovam maior agilidade no fluxo processual, especialmente nos julgamentos virtuais.

No âmbito social, observa-se a continuidade na grande quantidade de processos penais recebidos e nos altos índices de violência no país.

Mais informações estão disponíveis na página do Centro de Estudos Prospectivos, bem como nos painéis de *Resultados Estratégicos*, *Estatística Processual* e no *Boletim Estatístico*.



Quadro 10 - Metodologia Cenários Prospectivos STJ.

Atualmente, a estrutura de governança do STJ é representada pelo diagrama abaixo (*Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023*).

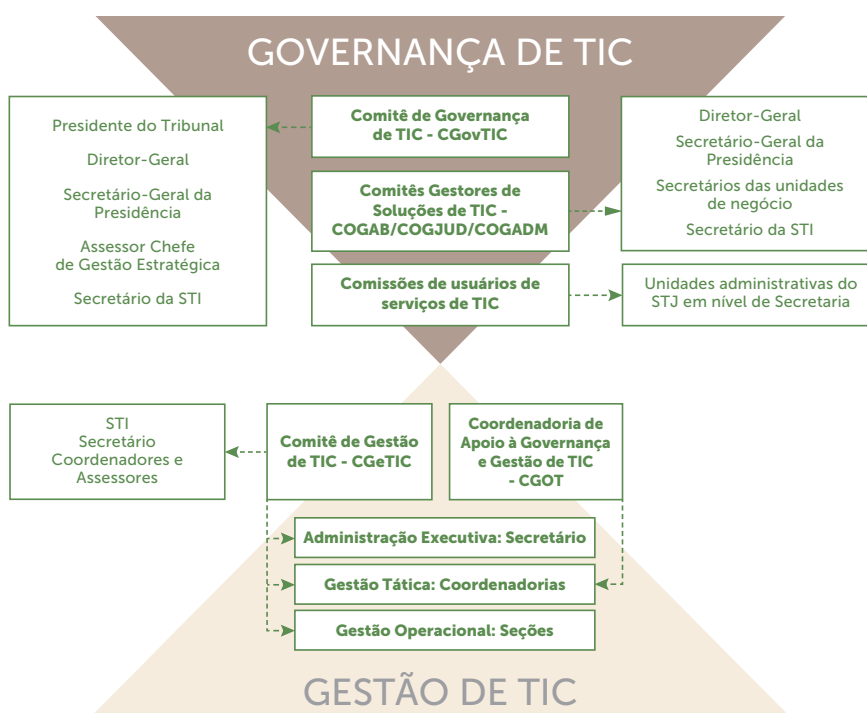


Quadro 11 - Estrutura de Governança do STJ

Governança de TIC

O tema Tecnologia da Informação e Comunicação é tratado pelo **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CGovTIC** (*Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023*).

O desdobramento das instâncias foi definido na *Instrução Normativa STJ/GDG n. 30 de 28 de novembro de 2023*, que instituiu a Política de Governança de TIC do STJ:



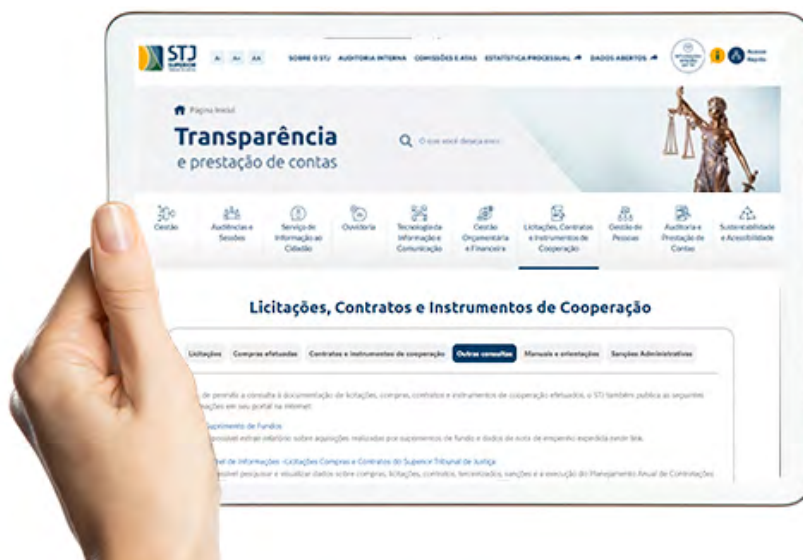
Quadro 12 - Estrutura de Governança de TIC do STJ (detalhamento)

Outra preocupação constante do Tribunal está na **Governança de Segurança da Informação** (*Resolução STJ/GP n. 22 de junho de 2023*).

Em 2025, foi feito um investimento de aproximadamente R\$ 26 milhões para aprimorar as políticas e os mecanismos de segurança da informação, bem como para otimizar processos de mitigação e resposta a incidentes cibernéticos. O tema é acompanhado estrategicamente pelo indicador **Maturidade da segurança da informação no STJ**, que teve um desempenho de 100%, com a implementação de 29 salvaguardas de defesas cibernéticas para uma meta de 25 em 2025. Para mais informações, acessar o *painel de Resultados Estratégicos*.

Governança de aquisições e contratações

Quanto às aquisições e contratações, as informações constam no portal da **Transparência e Prestação de Contas**. Lá, a sociedade tem acesso aos dados relacionados às licitações, compras efetuadas, contratos e instrumentos de cooperação efetuados, suprimento de fundos. Além disso, estão disponíveis os manuais de compras e contratações, entre outros. Atualmente, o tema é tratado pelo **Comitê de Governança de Orçamento, Contratações e Aquisições**.



Quadro 13 - Detalhe do Portal da Transparência do STJ

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema é tratado pelo indicador **Execução do PCAq**, que mede o percentual de compras concluídas constantes no **Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq** comparado ao total de compras efetivadas no ano. Em 2025, das 315 contratações efetivadas, 306 estavam no planejamento, ou seja, uma execução de mais de 97%.

Mais informações, acessar o painel de *Resultados Estratégicos*.

Governança de Pessoas

Quanto à gestão de pessoal, deve-se salientar que a [Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2017](#) atualiza a Política de Gestão de Pessoas do STJ e prevê a existência de Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, responsável pelo gerenciamento da política e pela instituição do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Atualmente, o colegiado responsável é o **Comitê de Governança de Pessoas**.

O Programa **Valoriza STJ** visa reconhecer e valorizar os servidores do Tribunal mediante a concessão de incentivos institucionais àqueles que oferecem contribuições relevantes para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais ([Instrução Normativa STJ/GP n. 10/2019](#) e regulamentado pela [Instrução Normativa STJ/GDG n. 14/2019](#)). Em 2025, o Programa Valoriza STJ foi selecionado para apresentação no Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça, como prática de referência em reconhecimento e valorização de pessoas, sendo destacado como modelo para os tribunais brasileiros.

Governança de Dados

A proteção de dados pessoais e dos direitos dos titulares de dados pessoais nas operações de tratamento sob responsabilidade do STJ é disciplinada pela [Política de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal \(Resolução STJ/GP n. 5 de 28 de fevereiro de 2023\)](#).

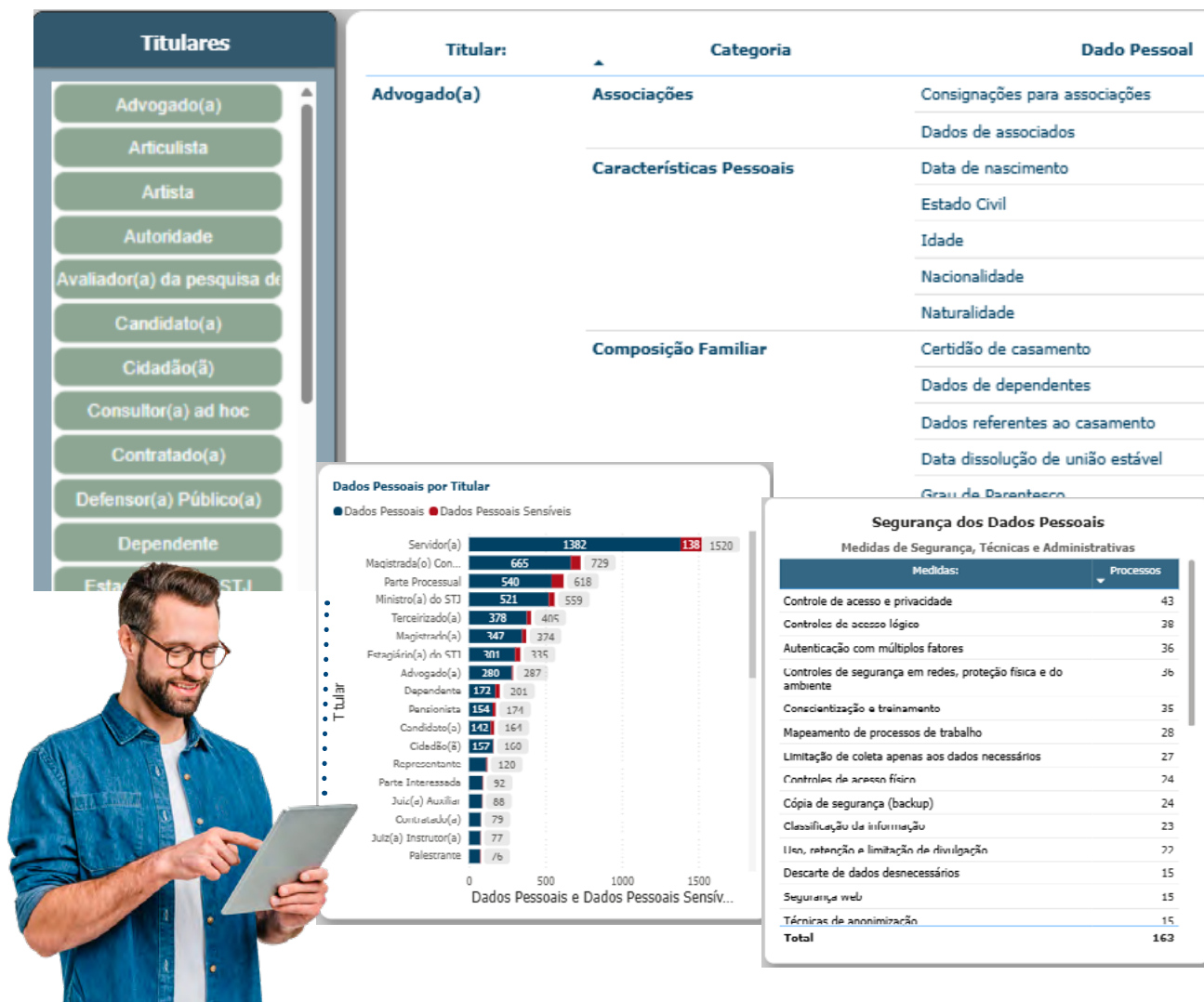
Em 2025, quatro novas unidades realizaram o inventário de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis coletados e tratados, totalizando 55 unidades e 163 processos de trabalho do STJ.

Assim, ao término do exercício, o inventário de dados identificou o compartilhamento de 503 metadados, um acréscimo de aproximadamente 252,76% em relação a 2024, e o tratamento de 6.954 metadados de dados pessoais:



Quadro 14 - Painel ADEQUA do STJ

Além da identificação dos titulares, das categorias de dados e dos dados pessoais e pessoais sensíveis coletados e tratados nos processos de trabalho desenvolvidos no STJ, também integram o inventário as informações sobre a origem e retenção desses dados, as medidas de segurança e técnicas administrativas adotadas com o objetivo de garantir o acesso aos dados coletados e tratados apenas por agentes autorizados, entre outras informações também registradas no inventário.



Quadro 15 - Painel Adequa

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPDP, exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é elaborado anteriormente às contratações: a) em que há previsão de compartilhamento de dados pessoais ou a realização de tratamento de dados pessoais pelo contratado, em nome do Tribunal; b) por solicitação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD; c) para os processos de trabalho, projetos ou serviços em que há tratamento de dados pessoais considerados potenciais geradores de alto risco às liberdades civis e aos direitos fundamentais; d) mediante pedido da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Ao longo de 2025, foram analisados 25 RIPDPs.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A *Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 6 de fevereiro de 2020* regulamenta o processo de Gestão de Riscos no STJ.

A Política de Gestão de Riscos, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, o Modelo de Gestão de Riscos e os painéis de monitoramento realizados nos objetos da gestão de riscos do Tribunal podem ser acessados em *Gestão de Riscos*.



Quadro 18 - Processo de Gestão de Riscos no STJ

Para o biênio 2025–2026, o Comitê Gestor de Riscos e Continuidade – CGRC decidiu permanecer monitorando os riscos críticos/estratégicos: indisponibilidade de pessoa chave nos processos de trabalho; indisponibilidade de sistemas e da rede do Tribunal e manutenção/elevação do número de processos recursais com relevância autuados no Tribunal, além de incluir um novo risco relacionado ao uso da inteligência artificial, que representa tanto uma oportunidade quanto uma ameaça.

Esses riscos guardam estreita relação com os objetivos institucionais “Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional”; “Intensificar o uso de tecnologias da informação” e “Valorizar as pessoas”, o que evidencia a importância do monitoramento contínuo como instrumento de governança capaz de antecipar ameaças, fortalecer a resiliência organizacional e sustentar o desempenho institucional frente aos desafios contemporâneos.

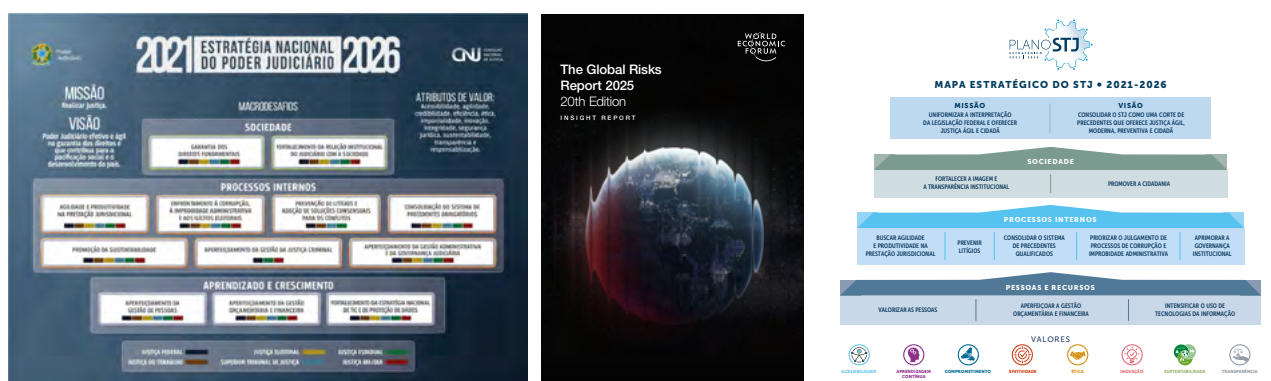
A decisão teve por base o contexto prospectivo para 2025–2026, as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026, o Plano Estratégico do STJ 2021–2026 e os dados do Relatório de Riscos Globais 2025, publicado pelo Fórum Econômico Mundial.

A análise do contexto 2025–2026 levou em conta os principais fatores de risco nos ambientes externo e interno e considerou os eixos político, econômico, sociocultural, tecnológico, ambiental e legal, compondo um panorama de ameaças e vulnerabilidades institucionais. Destacam-se temas como desinformação, conflitos geopolíticos, eventos climáticos extremos, instabilidades regulatórias e ataques cibernéticos no ambiente externo e itens associados à saúde ocupacional, limitações orçamentárias,

infraestrutura tecnológica e capacidade institucional de resposta no ambiente interno.

O plano institucional, alinhado às diretrizes da *Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026*, orienta a atuação do Tribunal diante das demandas contemporâneas, servindo também como referência para a definição dos riscos estratégicos a serem monitorados.

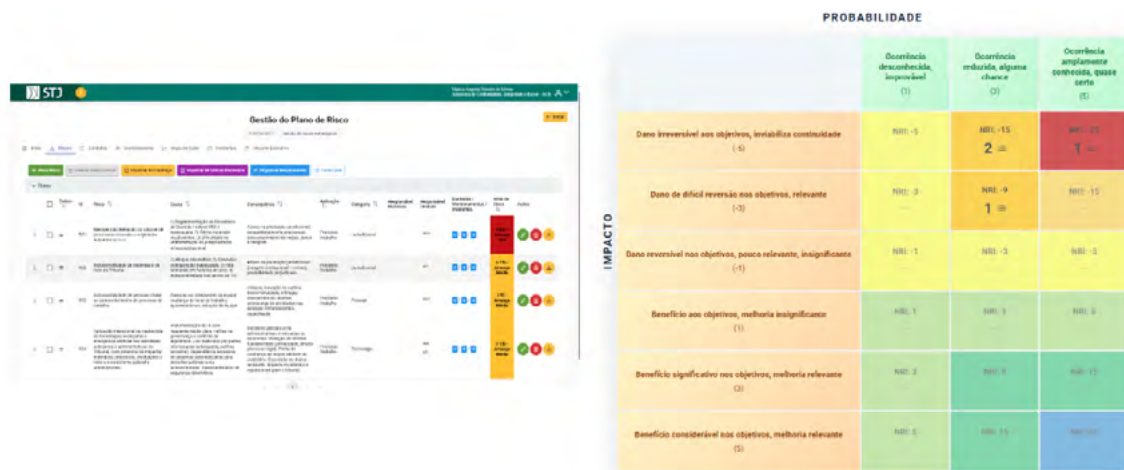
O *Relatório de Riscos Globais 2025*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, com base na percepção de aproximadamente 900 especialistas e tomadores de decisão, apresenta os principais riscos que podem impactar instituições públicas e privadas nos próximos dois anos. Classificados por categorias (tecnológica, ambiental, geopolítica e social), esses elementos contribuem para uma visão ampla e embasam a formulação de propostas para o novo ciclo de monitoramento.



Quadro 19 - Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2016, Relatório de Riscos Globais 2025 e Plano Estratégico do STJ

Ainda foram levadas em conta as ameaças já monitoradas desde 2017, totalizando 16 riscos abordados em quatro ciclos distintos, tendo sido observada a recorrência de três riscos que historicamente afetam diretamente a capacidade operacional e estratégica do STJ.

O nível de risco inerente associado aos riscos estratégicos evidencia níveis superiores ao apetite a risco definido institucionalmente, justificando a decisão do Comitê Gestor de Riscos e Continuidade - CGRC



Quadro 20 - Gestão do plano de risco

O risco manutenção/elevação do número de processos recursais com relevância au-

tuados no Tribunal é o que apresenta maior ameaça para a instituição e é influenciado pelo próprio avanço tecnológico.

O uso crescente da IA contribui para o aumento do ingresso de novas ações, na medida em que automatiza e massifica a elaboração de petições recursais, reduzindo barreiras operacionais e incentivando a judicialização. Ao mesmo tempo, essa mesma tecnologia figura como um fator de controle essencial na mitigação do risco que ajuda a criar. A implementação de ferramentas de IA tem se mostrado fundamental na retaguarda do sistema, a exemplo do **STJ Logos**, ferramenta que agiliza a análise processual e a elaboração de minutas de decisão a fim de trazer mais eficiência para o trabalho dos gabinetes das ministras e ministros.

Em 2025, foi desenvolvida uma aplicação web concebida como uma ferramenta de apoio e subsídio aos gestores no processo de gerenciamento de riscos. Destaca-se a interface intuitiva e usabilidade simplificada da solução de modo a otimizar a eficiência das atividades de gestão de riscos no âmbito do STJ.



Em relação às contratações, a elaboração de planos de riscos é facultativa para aquelas com estimativa de preços menor ou igual aos valores estabelecidos para dispensa de licitação, cujo limite, para o exercício de 2025, foi estabelecido pelo Decreto n. 12.343, de 30 de dezembro de 2024, em R\$ 125.451,15 para serviços de obras de engenharia e em R\$ 62.725,59 para outros serviços e compras.

No exercício, foram concluídas 329 contratações, totalizando R\$ 419.987.696,51. Desse total, 226 contratações (68,7%) não possuem plano de riscos; no entanto, em termos financeiros, representam apenas R\$ 20.532.393,35 (4,88%) dos recursos aplicados.

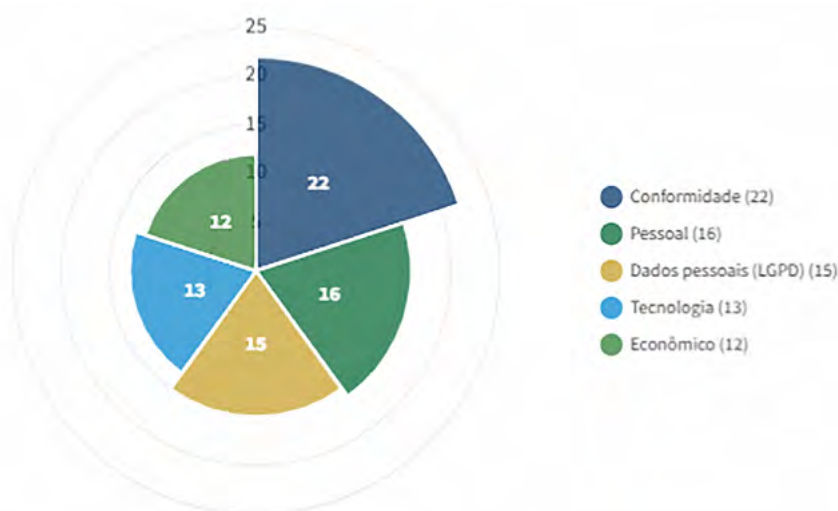


Quadro 21 - Resumo Executivo do plano de riscos das contratações

Analisando à luz da regra de obrigatoriedade, das 329 contratações, em 250, o plano

é legalmente dispensado por estarem abaixo do limite de dispensa, de modo que a exigência se restringe a 79 contratações. Destas, 75 estão em conformidade e apenas 4 permaneceram sem plano de riscos disponível no processo. Em termos financeiros, essas pendências somam R\$ 18.166.354,84, o que representa 4,4% do valor total contratado. Esse valor reduzido evidencia que as unidades gestoras conduziram as contratações com boa aderência às diretrizes de gestão de riscos, refletindo organização, responsabilidade e elevado grau de conformidade nos processos analisados.

Quanto às iniciativas estratégicas, foram acompanhadas 23, sendo que 12 possuem planos de riscos e 11 estão com plano de risco em elaboração. Foi mapeado um total de 78 riscos distribuídos por categorias: Conformidade – 22; Dados Pessoais (LGPD) – 15; Tecnologia – 13; Pessoal – 16; Econômico – 12.











Quadro 22 - Riscos distribuídos por categorias

Mais informações sobre a gestão de riscos no STJ, acessar o [portal da Transparência e prestação de contas](#).

Relacionamento com a sociedade

O Superior Tribunal de Justiça possui diversos canais de atendimento à sociedade.

-  **Site da Ouvidoria do STJ:** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Contato-e-ajuda/Fale-conosco/Ouvidoria>
-  **Serviço de Informação ao Cidadão:** (Clique [aqui](#))
-  **E-mail:** ouvidoria@stj.jus.br
-  **Disque-cidadania:** (61) 3319-8888
-  **Formulário eletrônico** (clique [aqui](#) para acessar)
-  **Redes sociais:** @stjnoticias
-  **Presencialmente**, de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h, preferencialmente mediante agendamento
-  **Cartas:** Ouvidoria do STJ - SAFS, quadra 6, lote 1, Trecho III-CEP 70.095-900, Brasília/DF

Quadro 23 - Contatos STJ

Além desses canais de acesso, a *Carta de Serviços do STJ*, elaborada pela Ouvidoria, descreve as atribuições e competências de cada unidade, além de conter orientações sobre todos os serviços prestados. Uma ótima ferramenta para descobrir o Tribunal.

Em 2025, foram registradas 5.631 demandas, sendo:

- **5.289 manifestações** (reclamações, sugestões, denúncias, elogios ou informações), com tempo médio de resposta de 4 dias;
- **330 pedidos de acesso à informação e 4 recursos**, na forma da Lei n. 12.572, de 18 de novembro de 2011, com tempo médio de resposta de 8 dias;
- **8 requisições de titulares de dados pessoais**, com base na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, com tempo médio de resposta de 13 dias.

O principal canal de entrada foi o e-mail e os assuntos prevalentes das manifestações foram relacionados a demora no julgamento, questões institucionais, serviços e atendimento das unidades.

Em comparação a 2024, constatou-se um aumento de 46% no número de pedidos de acesso à informação e de 25% nas manifestações.

Mais detalhes podem ser acessados em [painel de atendimentos da Ouvidoria](#).

Entre as manifestações referentes às unidades do Tribunal, que equivalem a 56,6% do total de demandas recebidas, os assuntos mais recorrentes foram:

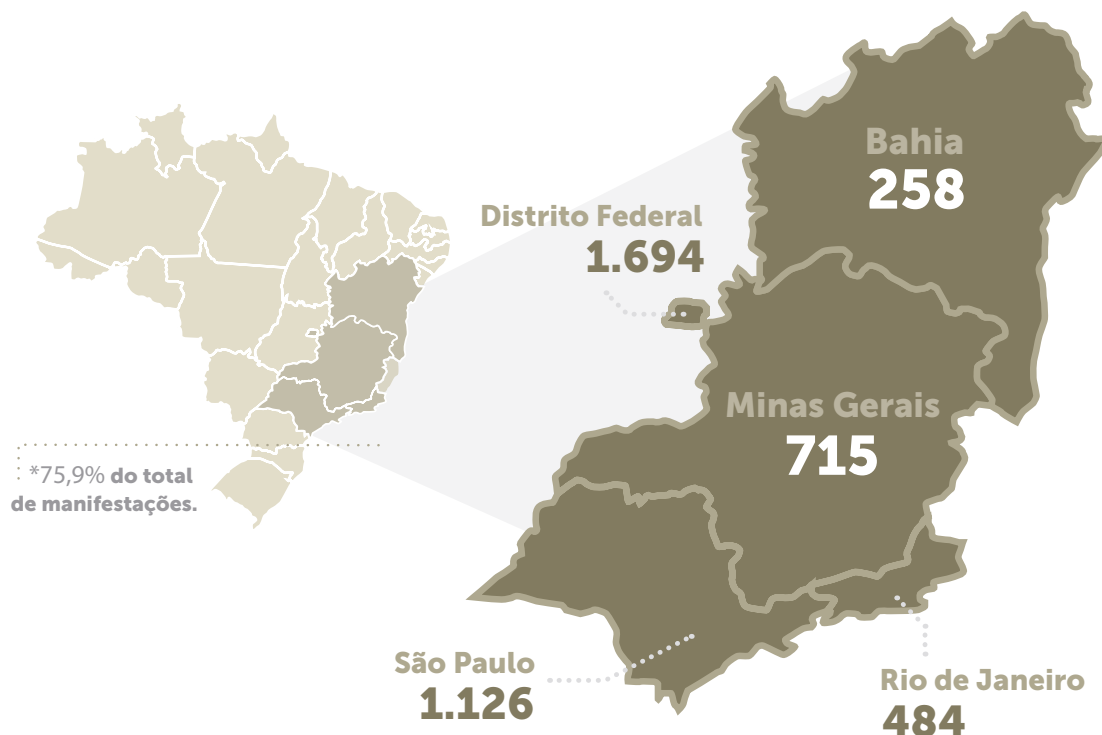
Julgamentos – Previsão **Processos – Consulta**
Unidades do Tribunal – Atendimento

Demora no julgamento de processos

Questões institucionais **Serviços informacionais**
Decisões **Pesquisa de Jurisprudência**
Processos – Repetitivos **Autuação**

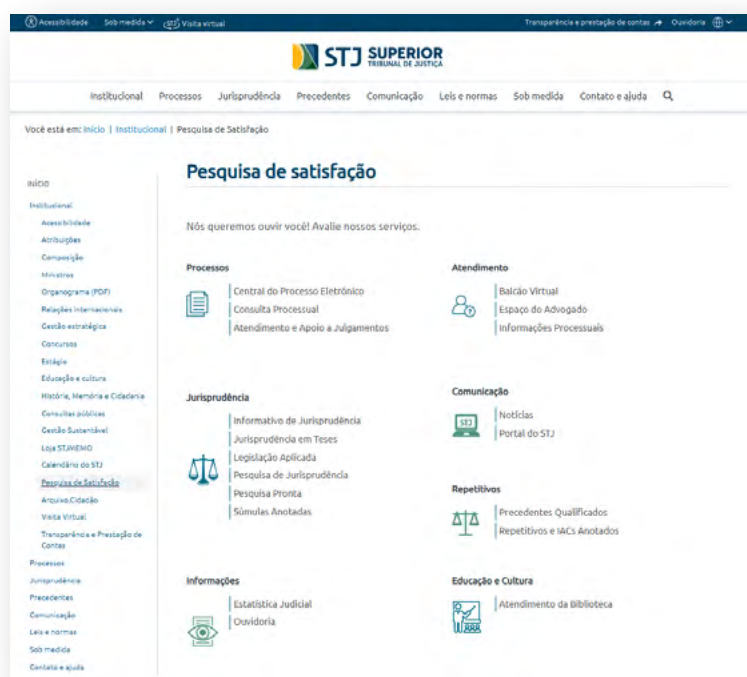
Quadro 24 - Principais assuntos demandados à Ouvidoria do STJ

Em 2025, as pessoas que mais demandaram o Tribunal são residentes do DF, SP, MG, RJ e BA.



Quadro 25 - UF de origem das manifestações em 2025
Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Estão disponíveis diversas pesquisas no *portal do STJ*, que, consolidadas, alimentam o indicador estratégico **Satisfação com os serviços do STJ**, cuja meta anual é 80% de satisfação.



Quadro 26 - Pesquisa de satisfação do STJ

Em 2025, o percentual de satisfação foi de 86% em um universo de 15.701 avaliações. Os serviços mais avaliados foram Informações Processuais, Consulta Processual, Central do Processo Eletrônico, Balcão Virtual e Portal do STJ, correspondendo a 89% das avaliações recebidas. Isso reforça o papel do STJ como o “Tribunal da Cidadania”, já que a opinião da sociedade impacta diretamente o planejamento e a execução das ações do Tribunal.

Na busca de sempre aprimorar, existe o projeto estratégico **Pesquisa 5.0**, que busca novas formas para aumentar o número de respondentes da pesquisa, para que represente um extrato o mais fidedigno possível dos usuários dos serviços avaliados.

Além disso, no exercício, foram implementadas ações para fortalecer a interação entre o Tribunal e a sociedade, com foco em acolhimento, inclusão e promoção da cultura da paz.

Espaço de escuta qualificada: inauguração da sala de acolhimento da Ouvidoria, ambiente seguro e reservado para atendimentos presenciais, garantindo sigilo e escuta ativa das demandas do público interno e externo.

Ouvidoria para a diversidade: criada para atender denúncias e sugestões relacionadas à discriminação (racial, de gênero, orientação sexual, idade, deficiência, entre outras), a iniciativa cumpre diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e promove ambientes seguros e inclusivos.



Quadro 27 - Sala de acolhimento do STJ

Em se tratando das plataformas digitais, o STJ tem estado cada vez mais presente. Considerado a principal vitrine para a sociedade, o *portal do STJ* superou a barreira de 89 milhões de acessos, com incremento de quase 9% em relação a 2024.



..... **+ de 89 milhões de visitas!**

Quadro 28 - Acesso ao Portal do STJ

Em 2025, visando à consolidação da presença digital do STJ, além de garantir o alinhamento estratégico da instituição, foi estabelecido o Comitê Gestor do Portal (*Portaria STJ/GDG n. 180 de 25 de fevereiro de 2025*). Um dos produtos feito pelo Colegiado foi a página *Sob Medida Advogado*, em que é possível uma pesquisa de legislação por tema.



Quadro 29 - Portal Sob Medida Advogado

Quanto aos acessos às redes sociais do STJ, foram alcançados números interessantes, conforme o indicador estratégico **STJ na mídia**, que auxilia a medição do desempenho do objetivo **Fortalecer a imagem e a transparência institucional**, demonstrando a preocupação em manter o cidadão informado de assuntos afetos ao Tribunal. Neste exercício, temas importantes foram destaque: violência contra a mulher, meio ambiente, justiça social, diversidade e inclusão.

Para saber mais, acesse o painel de **Resultados Estratégicos**.

Ações que merecem destaque:

- **Página do CEJUSC – STJ:** criada para disponibilizar à sociedade informações sobre o novo centro de mediação e conciliação no STJ.
- **Biblioteca STJ:** nova página foi criada, dando visibilidade ao rico acervo físico e digital do STJ.
- **Página de Acessibilidade:** reformulação da página, de modo que as pessoas com deficiência e restrição de locomoção encontrem, de maneira facilitada, a informação sobre os serviços do STJ que apoiam suas necessidades específicas.



Quadro 30 - Páginas do Cejusc, Biblioteca e Acessibilidade

Em se tratando de acessibilidade e inclusão, em 2025, foram realizadas capacitações específicas para mais de 100 pessoas do STJ, a fim de combater o capacitismo.

Além disso, foram apresentadas as tecnologias assistivas disponíveis no STJ, a saber: **leitor de tela em NVDA; óculos OrCam; celular com o aplicativo de audiodescrição; cadeira Evac Chair.**



Quadro 31 - Tecnologias assistivas disponíveis no STJ

Dessa forma, cada vez mais os serviços prestados pelo Tribunal da Cidadania serão acessíveis e inclusivos para a sociedade.

Quanto à sua atuação internacional, o STJ a expandiu, diversificando o número de atividades e eventos com parceiros globais, por meio do intercâmbio de informações com autoridades judiciais e especialistas de todas as partes do mundo, além de estabelecer novos acordos de cooperação em temas como capacitações e acesso a bases jurídicas.

Em maio de 2025, três ministros do STJ foram eleitos para as comissões permanentes da **Cúpula Judicial Ibero-Americana**, durante a realização de sua 22ª edição, na República Dominicana.



Quadro 32 - 22ª edição da Cúpula Judicial Ibero-Americana

E para fechar com estilo, em 2025, o STJ venceu o **Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2025** com a série para as redes sociais “**Direito ao Ponto: STJ no Dia do Consumidor**”. O conteúdo foi idealizado e divulgado nas redes do Tribunal em 2024. A série ganhou o alcance do público. Com linguagem acessível e bem-humorada, ela informa a população dos direitos do consumidor e mostra como esse conhecimento pode ser aplicado no dia a dia.



Quadro 33 - Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2025

Para saber mais sobre o tema, basta acessar o [portal da Transparência e prestação de contas](#).

2. Resultados da Gestão

STJ em números

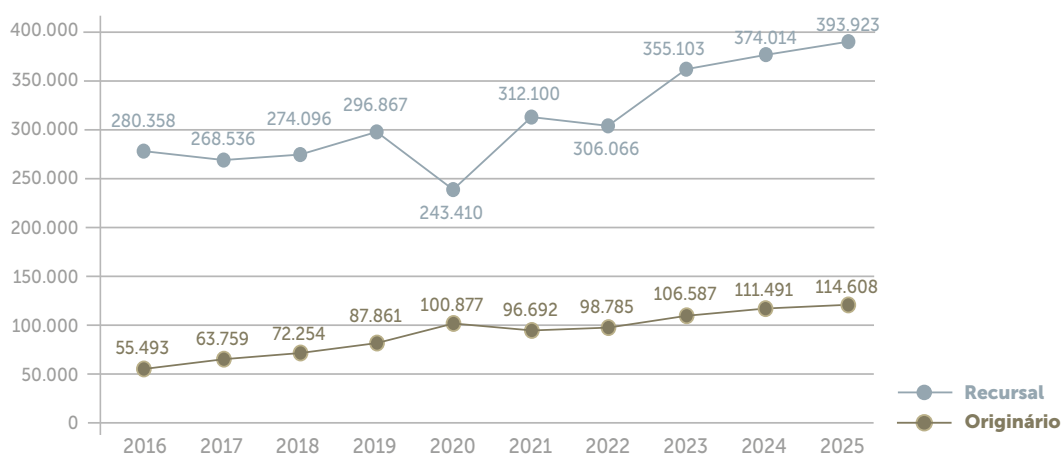
Em 2025, as atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça estão resumidas no painel a seguir, demonstrando a constante preocupação desta Corte em gerar o seu principal valor público para a sociedade, a **Prestação Jurisdicional**.



Quadro 34 - Estatística Processual do STJ

Em relação à movimentação processual, os julgados (sem recursos internos) chegaram próximos dos 560 mil processos diante de mais de 508 mil recebidos, superando o recorde de 2024 (mais de 508 mil).

Desde 2023, observa-se uma crescente de cerca de 20 mil processos recebidos pelo Tribunal. Esse evento é acompanhado de perto pelo **Centro de Estudos Prospectivos**, de modo a subsidiar a Alta Administração na tomada de decisões.



Quadro 35 - Evolução dos processos recebidos

Para enfrentar essa sobrecarga processual que vem ocorrendo a cada ano no Tribunal, algumas ações de destaque foram realizadas em 2025:

- apoio excepcional e temporário de cerca de 300 juízas e juízes convocados para atuação, de forma remota, nos gabinetes de ministras e ministros;
- posse de 193 novos servidores;
- fortalecimento da Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância, já que serve de filtro por evitar que recursos manifestadamente inadmissíveis sejam distribuídos para os gabinetes de ministras e ministros;
- investimento em inteligência artificial;
- estímulo à solução consensual de conflitos com a criação do Centro de Solução de Conflitos – Cejusc/STJ.



Quadro 36 - Juízes auxiliares, novos servidores, Cejusc e ARP

Outra ação importante promovida em 2025, foi o projeto **Gabinete em foco**, em que foram criados instrumentos que pudessem auxiliar a gestão dos novos gabinetes de ministras e ministros: podcast com chefe de gabinete; folder Decifrando o Gabinete.



Quadro 37 - Podcast Gabinete em Foco

DECIFRANDO O GABINETE
DO ACERVO À AÇÃO: EXCELÊNCIA QUE GERA RESULTADOS

STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TEMA 1
Análise preliminar e gestão do acervo: a importância da informação e dos dados
AGE

TEMA 2
A estrutura do Tribunal e os processos de trabalho
AGE

TEMA 3
O fluxo do processo judicial no STJ
SJD
SPF

TEMA 4
O STJ como Corte de Precedentes
NUGEPNAC

TEMA 5
Gestão de equipe
SGP
ASM

TEMA 6
A equipe disponível e como capacitá-la
CEFOR
SGP

TEMA 7
O Sistema processual do STJ: Sistema Justiça
STI

TEMA 8
O uso da Inteligência Artificial no STJ
AIA

TEMA 9
Gestão da informação: a biblioteca e jurisprudência no STJ
SGB
SJR

TEMA 10
A admissibilidade no STJ
ARP

TEMA 11
O Sistema de processos administrativos - SEI
SAD

TEMA 12
Boas práticas em gestão do acervo
CHEFE DE GABINETE

PARA MAIS INFORMAÇÕES, FALE CONOSCO:
E-mail: stj.ge@stj.jus.br | Telefones: (61) 3319-8833; (61) 3319-8830; (61) 3319-8831 | Endereço: STJ - Ed. Administração - 3º andar, sala 359 - SAF

Quadro 38 - Decifrando o Gabinete

Ao analisar os processos tramitando em 31/12/2025 (318.651), constata-se uma queda de mais de 4% em comparação a 2024 (332.569).



Quadro 39 - Tramitação de processos I

Mais de

781 mil
Julgados

(Incluindo AgInt, AgRg e EDcl)



Mais de

557 mil
Processo Principal

(Excluindo AgInt, AgRg e EDcl)

Aproximadamente

521 mil
Processos Baixados



Aproximadamente

318 mil
Processos Tramitando

(Em 31/12/2025)

Quadro 40 - Tramitação de processos II

Na busca por uma prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, por meio do aprimoramento de métodos e ferramentas de trabalho, destaca-se o desempenho próximo de 95% do objetivo estratégico **Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**.

O objetivo é acompanhado por diversos indicadores e iniciativas estratégicas. Eis alguns dos destaques em termos de indicadores:



Atendimento à demanda de Mais de 100%*, alinhado à Meta Nacional nº 1

* o Tribunal julgou um número maior de processos do que os distribuídos no ano.



Julgamento de 100% dos casos de subtração internacional de crianças, alinhado à Meta Nacional nº 10

100%

Julgamento de direitos de comunidades quilombolas, alinhado à Meta Nacional nº 7b



Quadro 41 - Resultados de indicadores estratégicos

Em se tratando de iniciativas, foi concluído o projeto **Base de Óbitos em Processos Judiciais** e os gabinetes da Terceira Seção (Direito Penal) passaram a receber automaticamente informações sobre óbitos nos processos em tramitação. Assim, a informação pode ser utilizada para avaliar possível extinção do processo por falecimento da parte, o que diminuiria o seu acervo.

O painel de *Processos Tramitando*, praticamente com o número em tempo real, é acompanhado de perto pela Administração de forma a implementar as melhores práticas, buscando sempre a redução do acervo do Tribunal.



Quadro 42 - Gráfico com tramitação de processos no STJ praticamente em tempo real

Em 2025, houve um recorde histórico de afetações e julgamentos relacionados aos recursos repetitivos. Comparado a 2024, o aumento foi de 36% nas afetações e 64% nos julgamentos.

EM 2025:

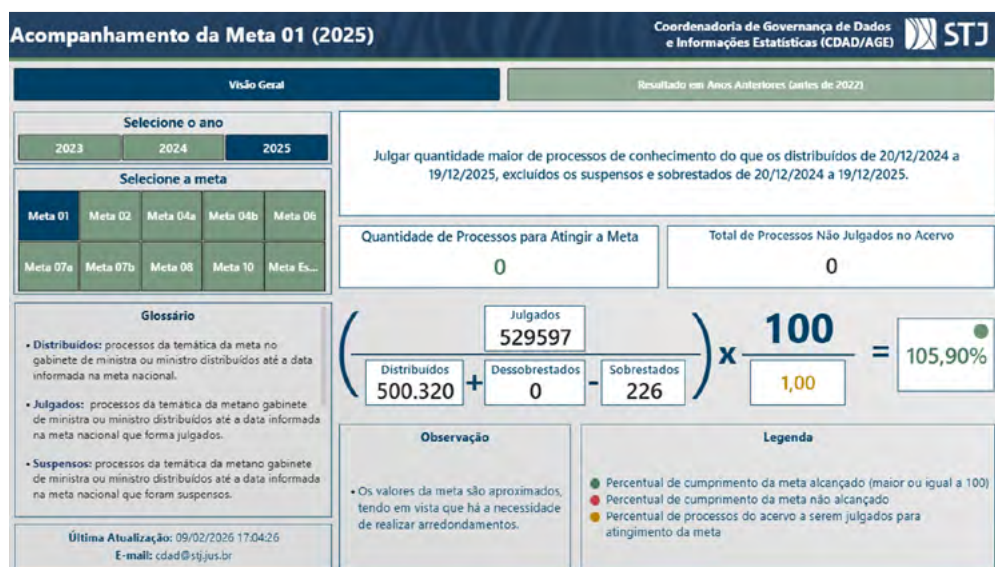
Aumento de **36%** nas Afetações | Aumento de **64%** nos julgamentos

Quadro 43 - Aumento nos recursos repetitivos

Para mais informações, basta acessar o painel de *Resultados Estratégicos* e o de *Estadística Processual*.

Metas nacionais estabelecidas para o Poder Judiciário em 2025

Quando se analisam as metas nacionais que foram perseguidas pelo Superior Tribunal de Justiça em 2025, a situação está compilada em *painéis de BI*. Dessa maneira, o Tribunal almeja, cada dia mais, oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade e uma justiça mais próxima do cidadão.



Quadro 44 - Painel de acompanhamento das Metas Nacionais

Importante ressaltar que todas as metas nacionais acompanhadas, anualmente, pelo STJ também são indicadores constantes no Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Para mais detalhes, acessar o painel de *Resultados Estratégicos*.

Gestão orçamentária e financeira

O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira configura-se como um dos objetivos estratégicos do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no *Plano Estratégico institucional para o período de 2021 a 2026*.

A gestão orçamentária e financeira eficiente tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do Tribunal, bem como para o fortalecimento da cultura de uso sustentável dos recursos públicos. No Tribunal, tem sido aprimorada continuamente, com o objetivo de fortalecer a governança, promover a eficiência na alocação de recursos públicos e apoiar o cumprimento das prioridades institucionais. Entre as principais iniciativas adotadas, destacam-se:

- a integração dos planos estratégico, tático e operacional ao planejamento e à programação orçamentária, garantindo coerência entre objetivos institucionais e aplicação dos recursos;
- o monitoramento da execução das despesas por meio de ferramentas de *Business Intelligence*, permitindo maior transparência, controle e suporte à tomada de decisão;
- a atualização e adequação de processos internos e normativos, assegurando conformidade e eficiência operacional;
- a capacitação continuada do corpo funcional, voltada ao desenvolvimento das competências necessárias à execução das atividades institucionais.

Essas medidas contribuem para a gestão responsável dos recursos públicos, fortalecendo a prestação jurisdicional e promovendo o uso sustentável do orçamento do Tribunal.

Para cada objetivo estratégico do Superior Tribunal de Justiça, são definidas metas para o ciclo 2021–2026, com vistas a orientar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações institucionais.

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, a principal meta consiste em alcançar 97% de execução orçamentária até o exercício de 2026, garantindo eficiência na alocação dos recursos públicos e contribuindo para o fortalecimento da governança e da prestação jurisdicional.

Indicador	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO STJ					
Descrição	Mede o percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na lei Orçamentária Anual (LOA), acrescido dos créditos adicionais (dotação atualizada)					
Meta	alcançar 97% de execução orçamentária até dez./2026.					
Linha Base	93,18% (2020)					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	94%	94,5%	95%	95,5%	96%	97%

Quadro 45 - execução orçamentária do STJ

O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira é medido por meio de três indicadores de desempenho:

1. Execução orçamentária;
2. Execução do Plano de Contratações e Aquisições;
3. Aderência às metas do Plano de Logística Sustentável do STJ.

O indicador "Execução Orçamentária" mede o percentual de utilização dos recursos disponíveis do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual, acrescido de créditos adicionais, incluindo remanejamentos internos e suplementações.

Em 2025, o STJ obteve melhor desempenho desde 2021, alcançando 99,4% de execução do orçamento, acima da meta estabelecida de 96%.

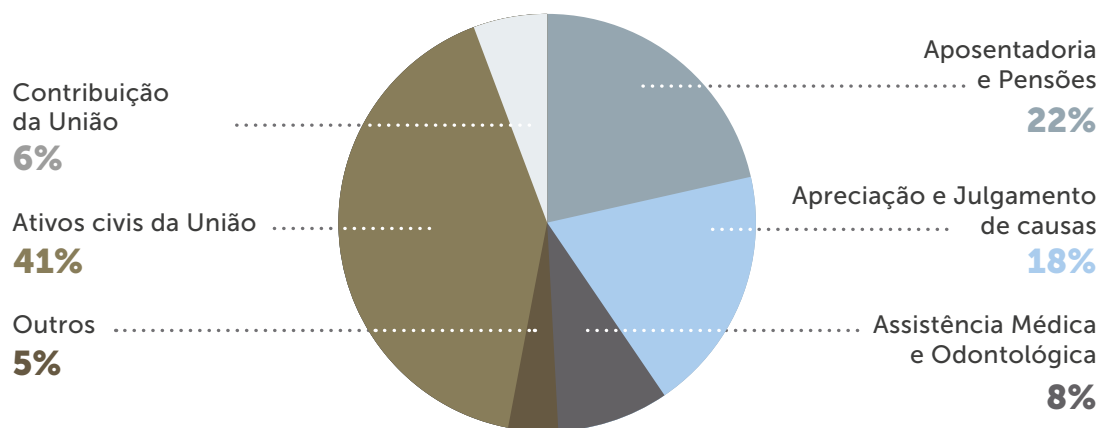
Em comparação com o exercício anterior, a execução orçamentária apresentou acréscimo de 1,17%, evidenciando maior eficiência no planejamento e na implementação do plano de contratações e aquisições, indicador secundário de desempenho institucional.

Indicador	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO STJ					
Descrição	Mede o percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na lei Orçamentária Anual (LOA), acrescido dos créditos adicionais (dotação atualizada)					
Meta	alcançar 97% de execução orçamentária até dez./2026.					
Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Metas anuais	94%	94,5%	95%	95,5%	96%	97%
Realizado	95,2%	90,3%	95,2%	98,2%	99,4%	

Quadro 46 - execução orçamentária do STJ

A integração dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do Superior Tribunal de Justiça ao Plano Plurianual da União é realizada por meio do Programa de Governo 0033, denominado **Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**. Esse programa consolida diversas ações orçamentárias que contribuem para o atendimento dos objetivos institucionais do Tribunal. O gráfico a seguir apresenta a distribuição do orça-

mento do STJ, ao final do ano, entre as Ações Orçamentárias que compõem o Programa de Governo 0033 sob sua responsabilidade:



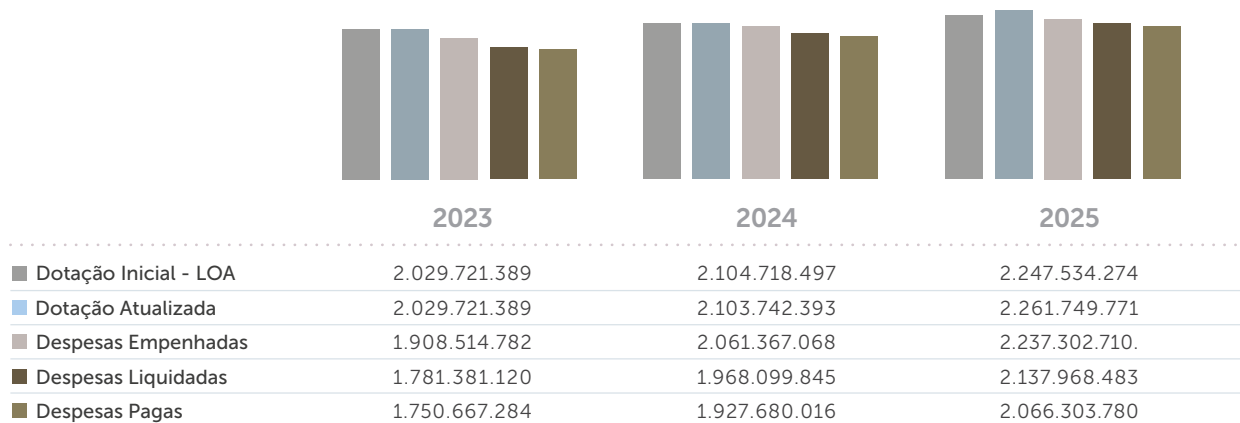
Quadro 47 - Ações do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

No âmbito do Plano Plurianual 2024–2027, foram definidas as metas da principal ação discricionária do Superior Tribunal de Justiça, **Apreciação e Julgamento de Causas**, cujo produto destinado à sociedade é o **Processo Julgado**. Essa ação abrange atividades de suporte à atividade-fim do Tribunal, incluindo o julgamento de processos, a capacitação de servidores, a gestão dos sistemas integrados de informação e a comunicação institucional, entre outras. Em 2025, a meta para o Processo Julgado foi superada em 15,1%.

Produto	Processo Julgado				
	Ano	2024	2025	2026	2027
Meta anual		673.376	679.307	677.607	679.117
Total realizado		759.691	781.788	-	-

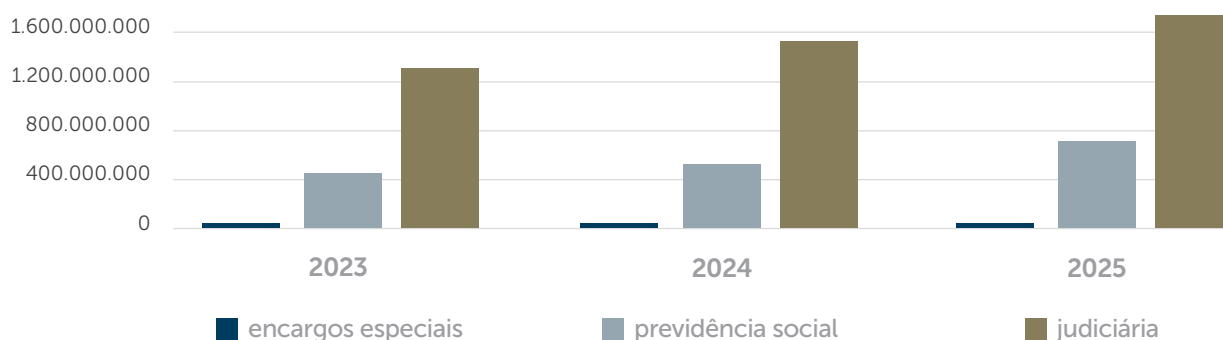
Quadro 48 - Metas Físicas - Estipuladas com base em projeções estatísticas

No exercício de 2025, o Superior Tribunal de Justiça teve autorizado um orçamento de R\$ 2.247.534.274,00, havendo um acréscimo de 6,78% em relação a 2024. Excluídas as despesas obrigatórias de caráter continuado, tais como folha de pagamento e benefícios a servidores, o orçamento final destinado a despesas discricionárias totalizou R\$ 472.717.049,00. Cabe esclarecer que, ao longo de 2025, houve a abertura de crédito adicional em favor do STJ, o que representou um acréscimo de R\$ 14.215.497,00 ao valor inicial, resultando em R\$ 2.261.749.771,00 de recursos ao final do ano.



Quadro 49 - Dotação orçamentária do STJ

As despesas do STJ classificam-se nas funções Judiciária, Previdência Social e Encargos Especiais. A função Judiciária concentra a maior parcela dos dispêndios, alcançando em 2025 um incremento de 8,70% de despesas empenhadas em relação ao exercício de 2024 e, na comparação com o exercício de 2023, um acúmulo de 17,34%. Já os gastos com Previdência Social cresceram em média 11,27% ao ano.



Quadro 50 - Comparativo despesas do STJ

A maior parte das despesas do Tribunal refere-se aos gastos com a folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas, representando 71% das nossas despesas em 2025:



Quadro 51 - Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2023 (por Grupo de Natureza de Despesa)

O segundo maior grupo de despesas contempla os benefícios a servidores e os gastos essenciais para o funcionamento do órgão. As principais despesas desse grupo,

além dos benefícios a servidores, referem-se a contratos de mão de obra terceirizada (vigilância, copeiragem, secretariado e serviços gerais), a contratações de serviços de TIC, incluindo as despesas com contratação de serviço de computação em nuvem e suporte de infraestrutura de TIC.

No que tange aos investimentos, foram destinados cerca de R\$ 42 milhões em equipamentos e serviço de tecnologia da informação, que permitiram uma prestação mais eficiente de serviço jurisdicional do Tribunal à sociedade, alinhando-se ao planejamento estratégico desta Corte quanto à otimização, racionalização e eficiência do investimento inerentes à Administração Pública.

O quadro a seguir detalha os valores empenhados por grupo de despesa:

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais	Valor empenhado (R\$)
11 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	864.007.402
01 - Aposentadoria RPPS, Res. Rem. e Ref. Militar	423.800.063
13 - Obrigações patronais	137.700.688
Demais elementos	159.393.801
TOTAL	1.584.901.953

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes	Valor empenhado (R\$)
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	209.971.717
37 - Locação de mão de obra	176.621.819
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	90.243.398
Demais elementos	123.492.194
TOTAL	600.329.128

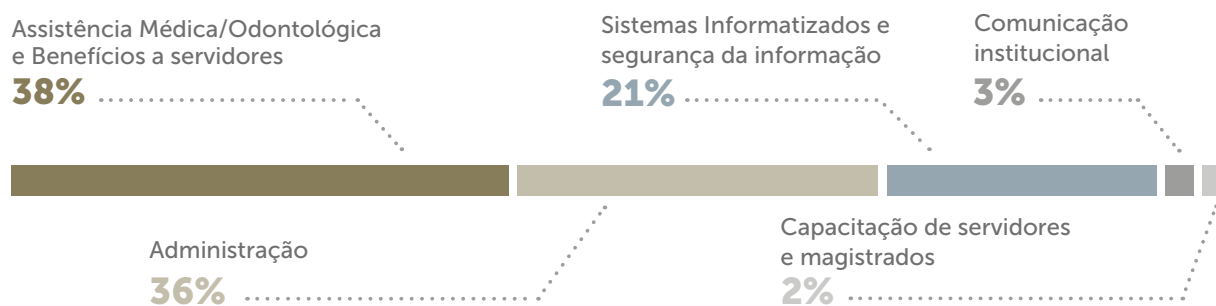
Grupo 4 - Investimentos	Valor empenhado (R\$)
52 - Equipamentos e material permanente	28.106.366
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	21.321.754
Demais elementos	2.643.510
TOTAL	52.071.630

Quadro 52 - Despesas pagas do STJ

Para que o STJ possa oferecer a prestação jurisdicional à sociedade, o orçamento precisa garantir às pessoas envolvidas a infraestrutura física e tecnológica adequada, em um ambiente seguro que promova a acessibilidade e inclusão. Além disso, o orçamento também deve promover o desenvolvimento profissional, bem como a melhoria da qualidade de vida e serviços de saúde ao corpo funcional.

Em 2025, foram destinados aproximadamente:

- R\$ 231 milhões para as despesas de funcionamento do órgão;
- R\$ 246 milhões para assistência médica e odontológica e benefícios a servidores;
- R\$ 135 milhões para gestão dos sistemas informatizados e segurança da informação;
- R\$ 13 milhões para capacitação de servidores e magistrados;
- R\$ 18 milhões para comunicação institucional.



Quadro 53 - Gastos do STJ

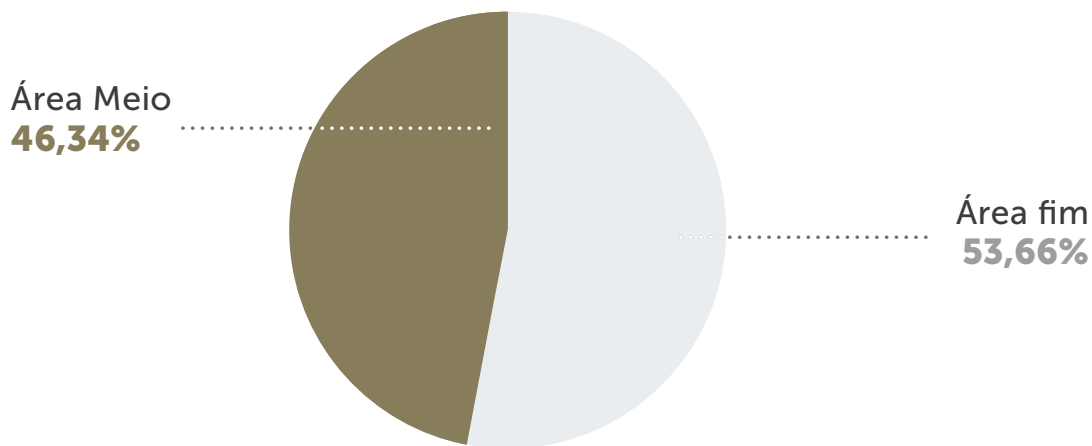
Os resultados alcançados no exercício superaram em grande parte as metas estabelecidas. Algumas delas precisaram ser reprogramadas ou revistas em função de mudança de entendimento em relação ao produto da ação.

Plano orçamentário	ORÇAMENTO		RESULTADOS		
	Estimado	Realizado	Produto	Meta estimada	Resultado Alcançado
Formação de Magistrados - ENFAM	9.114.300	7.589.518	Magistrado Capacitado	1.100	1.803
Regulação e Supervisão de Cursos e Escolas ou Instituições - ENFAM	126.000	121.925	Ato Regulatório Publicado	350	365
Apoio a estudos e Pesquisas - ENFAM	4.481.650	3.473.270	Estudo Apoiado	140	145
Exame Nacional da Magistratura - ENFAM	5.840.000	5.527.449	Pessoa Avaliada	60.000	57.100
Julgamento de Processos	157.998.117	152.313.578	Processo Julgado	644.423	781.788
Capacitação de Recursos humanos	4.265.593	4.220.677	Servidor Capacitado	8.000	9.924
Manutenção, Conservação, Recuperação e Reforma dos Imóveis do STJ	15.667.701	15.580.018	Infraestrutura Mantida	23	23
Gestão de Sistema Integrado de Informação	122.174.505	121.268.613	Sistema Gerido	113	65
Segurança da Informação	14.777.194	13.877.365	Ação Desenvolvida	13	5
Comunicação Institucional	18.534.566	18.396.020	Matéria veiculada	45.000	53.062
Capacitação em Tec. e Segurança da Informação	1.102.957	878.598	Ação desenvolvida	30	40
Total	352.979.626	342.368.434			

O PO 0000 "Apreciação e Julgamento de Causas - Despesas Diversas" foi desconsiderado por não possuir meta relacionada.

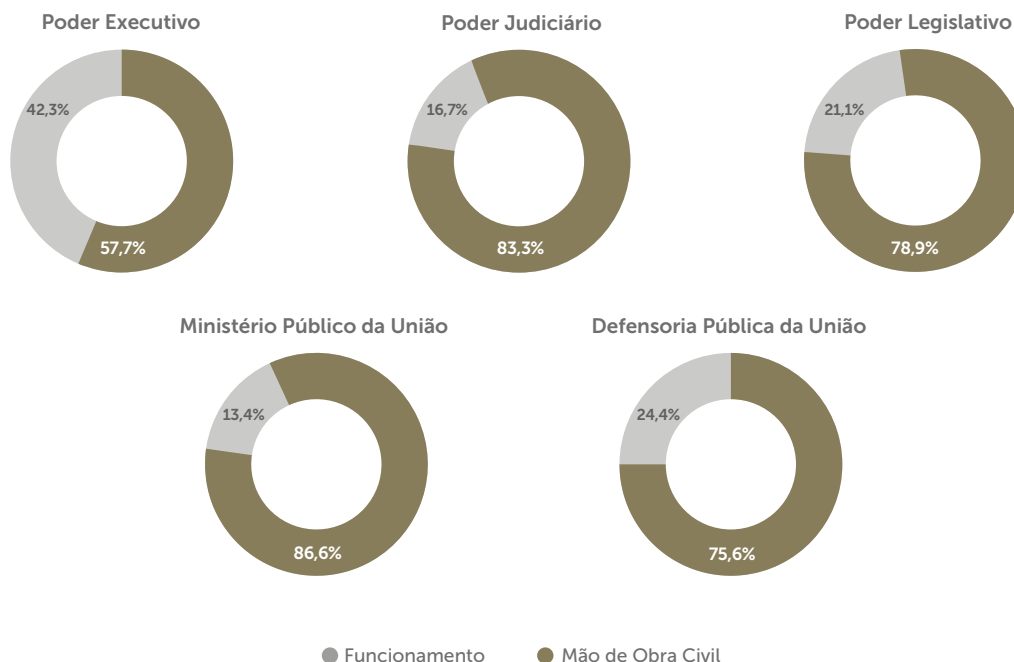
Quadro 54 - Plano orçamentário do STJ

Embora, individualmente, as unidades administrativas como a Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação e Secretaria de Segurança Institucional tenham maiores percentuais individuais de participação nos custos, o somatório dos custos das unidades vinculadas à atividade finalística são superiores ao total da atividade administrativa.



Quadro 56 - Custo total por área de atuação do STJ

Na Administração Pública, o custo de pessoal é o que possui maior peso em todos os Poderes, como é possível verificar nos dados apresentados no Portal de Custos do Tesouro Nacional, não sendo diferente no STJ.



Quadro 57 - Funcionamento e mão de obra civil.
 Fonte: Portal de Custos do Governo Federal — Tesouro Transparente

Em relação à distribuição da composição dos custos de pessoal no STJ, observa-se que 85,74% do valor total estão relacionados a vencimentos e salários (59,56%), seguidos por contribuição previdenciária (13,29%) e férias e 13º salário (12,89%).



Quadro 58 - Custos de Pessoal por tipo

Considerando os custos de manutenção, observa-se que 86,06% dos custos totais estão concentrados em serviços técnicos (50,85%) e serviços de apoio (35,20%), que englobam os contratos com mão de obra terceirizada.

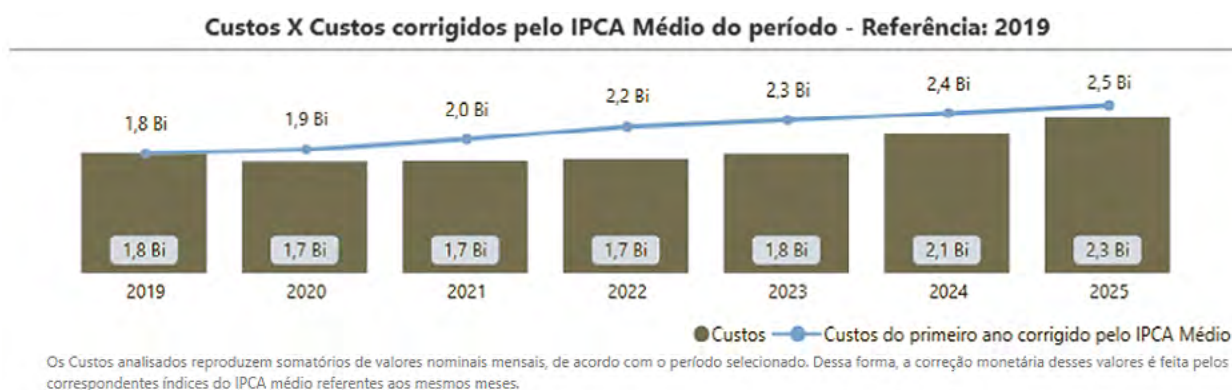


Quadro 59 - Custos de Manutenção por tipo

Os custos nominais tendem a ser crescentes em razão da própria dinâmica econômica do país, na qual os preços de bens e serviços se elevam ao longo do tempo em função de diversos fatores econômicos, entre os quais se destacam a inflação, que reduz o poder de compra da moeda; o aumento dos custos com energia, com combustíveis; a pressão salarial decorrente de negociações trabalhistas que impactam os contratos de terceirização e da política de valorização do salário mínimo. Esses fatores, de forma isolada ou combinada, impactam diretamente o valor monetário dos gastos públicos,

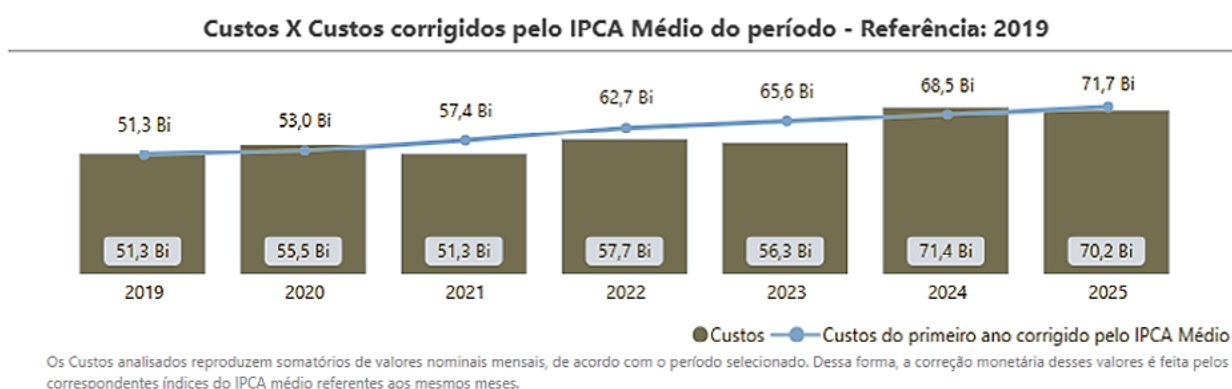
fazendo com que, mesmo sem ampliação real das quantidades adquiridas ou dos serviços prestados, o custo nominal apresente trajetória de crescimento.

De acordo com os dados constantes no *Portal de Custos - Tesouro Nacional*, a evolução do custo do Tribunal desde 2019 até 2025 é inferior ao valor base de 2019 corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período, demonstrando defasagem real dos custos do STJ.



Quadro 60 - Custos do STJ corrigidos pelo IPCA - Fonte: Portal Tesouro Transparente, em 7/1/2026

A situação do STJ difere da observada para o Poder Judiciário, que, no mesmo período, teve seus custos mais próximos ao custo base (2019) corrigido pelo IPCA, inclusive tendo sido superior nos anos de 2020 e 2024.



Quadro 61 - Custos do Poder Judiciário corrigidos pelo IPCA - Fonte: Portal Tesouro Transparente, em 7/1/2026

Por fim, deve-se esclarecer que a diferença dos custos apurados pelo STJ e pelo Tesouro Nacional decorre do fato de no Tribunal ser considerado **custo** apenas os valores relacionados aos recursos utilizados na geração de bens e serviços, conforme conceito disposto no *Manual de Informações de Custos do Governo Federal*. Desse modo, os dispêndios com aposentadorias e pensões, precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) não são considerados por não se enquadrarem no conceito de custos.

Já para o Tesouro Nacional, os dispêndios com aposentadoria e pensões são enquadrados como custos previdenciários e precatórios e RPV como sentenças judiciais. Essa diferença deve-se, também, às necessidades de informações gerenciais distintas de cada um dos órgãos.

Demonstrações contábeis

Os balanços contábeis e as notas explicativas estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ, onde se tem acesso às principais metodologias, práticas e critérios contábeis adotados pelo STJ. Com isso, pretende-se dar maior publicidade à sociedade, aos órgãos de controle e demais interessados no tema.



Quadro 62 - Capa das demonstrações contábeis

Gestão de pessoas

Estrutura de pessoal

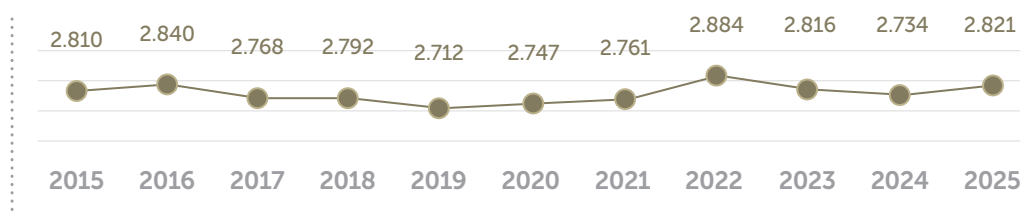
A força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de servidoras e de servidores ocupantes de cargos efetivos e sem vínculo com a Administração Pública. Entre os cargos efetivos, há integrantes de poder e agentes políticos, servidoras e servidores de carreira e em exercício provisório no STJ, cedidas e cedidos de outros órgãos para o STJ.

FORÇA DE TRABALHO DO STJ – Situação apurada em 31/12/2025				
Tipo de Servidor	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2893	3360	601	343
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	330	358	196
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	2860	3030	243	147
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2860	2821	205	118
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	3	0	1
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	206	38	28
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	92	21	29
4. Total de Servidores (1+2+3)	2893	3452	622	372

Quadro 63 – Força de Trabalho do STJ
Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH

O ingresso no quadro permanente do STJ ocorre mediante prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e do art. 10 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Evolução histórica do corpo funcional efetivo



Quadro 64 - Evolução histórica de servidores do STJ

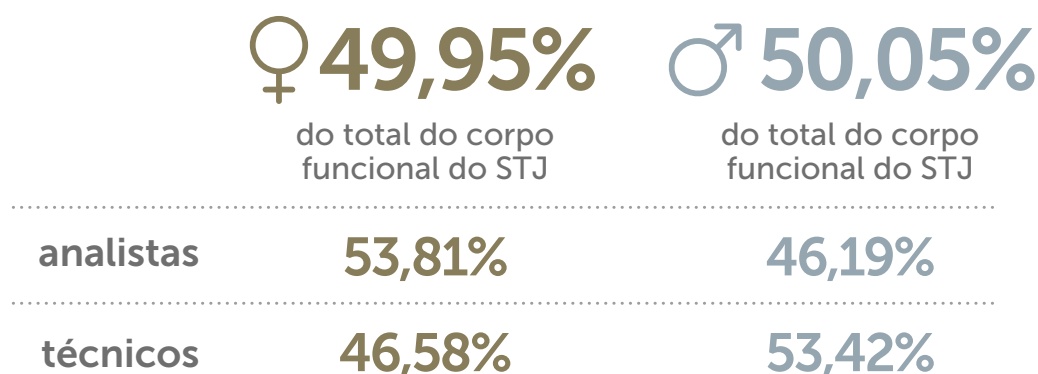
Observa-se que, na evolução histórica, houve, em alguns anos, uma redução no número de servidoras e de servidores ativos no Tribunal, o que decorreu de restrições orçamentárias para provimento de cargos e da diretriz de algumas gestões de reduzir o número de provimentos de cargos efetivos. Porém, a partir de 2020, considerando a mudança de gestão e a diretriz de prover cargos vagos, ocorreu o ingresso de 67 novos integrantes no corpo funcional. Em 2021, ingressaram 54 e, em 2022, mais 155. Em 2023, houve ingresso de 96 e, em 2024, de 24 pessoas para o quadro de pessoal do STJ. Em 2025, ingressaram 205 pessoas.

Informa-se ainda que, neste último exercício, 118 pessoas se desvincularam do Tribunal, seja por aposentadoria, falecimento, posse em outro cargo inacumulável ou exoneração.

Quanto à distribuição da força de trabalho, 64,55% do quadro funcional do STJ realiza atividades finalísticas (diretamente relacionadas ao processo judicial) e 35,45% atuam em atividades de suporte técnico-administrativo (área meio). Isso demonstra que a maior parte do corpo funcional está alocada nas unidades que têm por atribuição realizar atividades que contribuem diretamente para o cumprimento da missão institucional, a razão de ser do STJ.

Atualmente, as unidades pertencentes à área-fim são estas: Gabinetes de Ministro; unidades subordinadas à Secretaria Judicial da Presidência: Gabinete do Secretário Judicial da Presidência, Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas, Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado, Secretaria Judiciária e Secretaria de Processamento de Feitos; Gabinete do Secretário-Geral da Presidência; Gabinete da Vice-Presidência. As demais compõem a área meio.

Em relação à igualdade de gênero quanto à força de trabalho, em 2025, o percentual de mulheres teve uma queda quando comparado aos dois últimos exercícios, com o percentual de homens superando o de mulheres na Corte.



Quadro 65 - Quantitativo de servidores por gênero (Situação em 31/12/2025)

Considerando o principal processo de trabalho do STJ, isto é, a prestação jurisdicional, um importante aspecto a ser ressaltado é o significativo percentual de cargos específicos

da área-fim, Analista Judiciário – Área Judiciária, correspondendo a 64,88% dos cargos de nível superior do Tribunal.

**Analistas
Judiciários**



64,88%

dos cargos de nível superior do Tribunal.

Quadro 66 - Porcentagem de Analistas Judiciários (Situação em 31 de dezembro de 2025)

Entre os cargos de apoio especializado, destaca-se que o maior número se concentra na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, o que representa 48,83% do total de cargos especializados de nível médio e superior, demonstrando a preocupação do Tribunal com a mão de obra especializada nesta era tão digital.

Quanto à força de trabalho no STJ, 68,19% se autodeclararam brancas e 30,96%, pretas ou pardas.

Do total do corpo funcional do STJ:

67,41%

Se autodeclararam brancas



29,95%

Se autodeclararam pretas e pardas

Quadro 67 - Quantitativo de servidores por cor autodeclarada

A mão de obra do Tribunal pode ser considerada jovem, uma vez que **apenas 36,79% estão acima dos 50 anos**. A maioria se concentra na faixa de 41 a 60 anos.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA – Situação apurada em 31/12/2025						
Tipo de servidor	Faixa Etária					Total Geral
	Até 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Entre 51 e 60 anos	Acima de 60 anos	
Membros de poder e agentes políticos	0	70	164	60	36	330
Servidores de carreira vinculada ao órgão	90	672	974	920	165	2821
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	1	1	1	3
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	54	86	54	11	206
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	37	24	11	11	92
Total Geral	100	833	1249	1046	224	3452

Quadro 68 - Quantitativo de servidores por faixa etária
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Ademais, das vagas destinadas a cada cargo/área de atividade/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% são reservadas aos deficientes nos termos do §2º do art. 5º da *Lei n. 8.112, de 1990*, e alterações e do *Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999*, e alterações e da *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Atualmente, 5,57% do corpo funcional são pessoas com deficiência.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR TIPO DE DEFICIÊNCIA - Situação apurada em 31/12/2025												
Tipo de Servidor	Auditiva	Física/motora	Mental	Trans-torno do Espectro Autista (TEA)	Visual	Psicossocial e TEA	Visual e TEA	Física/Motora e TEA	Visual e Física/motora	Auditiva e Física/motora	Não Portador de Deficiência	Total Geral
Membros de poder e agentes políticos	1	3	0	1	1	0	0	0	0	0	324	330
Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	62	2	20	56	0	1	1	2	1	2654	2821
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	200	206
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	91	92
Total Geral	23	68	2	24	57	1	1	1	2	1	3272	3452

Quadro 69 - Quantitativo de servidores por tipo de deficiência
Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH

Estratégia de alocação de pessoas

Quanto à alocação de pessoas no Tribunal, diversos parâmetros são utilizados para auxiliar a distribuição: a origem do cargo vago, diretrizes definidas pela alta administração, perfil da servidora ou servidor (identificado mediante currículo e entrevista), bem como as demandas e a carência das unidades. Após essa análise, as pessoas são lotadas nas diversas áreas do Tribunal, a fim de repor a força de trabalho necessária para o bom funcionamento das atividades.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

O STJ, ao longo dos anos, tem investido na capacitação do seu corpo técnico. Esse investimento se reflete na habilidade e competência para responder às demandas de inovação impostas à Corte Superior, impactando nos resultados de julgados. Nesse sentido, anualmente, é executado o *Plano Anual de Ações de Educação Corporativa – PAC*, voltado a aprimorar e valorizar os servidores do STJ.

Em 2025, o Tribunal promoveu ações sobre temas importantes nas áreas jurídica, gerencial, tecnológica e cultural, a saber: saúde mental, inteligência emocional, linguagem simples, assédio e discriminação organizacional, educação antirracista, questões de gênero e meio ambiente, inteligência artificial, relevância e repercussão geral, recurso especial e agravo em recurso especial, teoria e prática jurídica para apoio a ministros, congressos e seminários jurídicos.

Dessa forma, o Superior Tribunal de Justiça manteve os níveis de aperfeiçoamento e qualificação do seu quadro funcional.

Ações de capacitação no STJ em 2025 e seus resultados



Quadro 70 - Ações de capacitação em 2025

Detalhamento da despesa de pessoal

Neste tópico, serão detalhados os valores das despesas com pessoal no último triênio, com as respectivas análises para as variações.

Despesa com pessoal ativo						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2023	Valor	198.335.080,99	181.748.010,92	179.202.334,93	229.972.603,33	789.258.030,17
	Quantidade	3.384	3.334	3.364	3.387	
2024	Valor	215.251.285,91	196.797.656,43	202.739.126,09	253.614.700,60	868.402.769,03
	Quantidade	3.386	3.373	3.344	3.564	
2025	Valor	226.606.487,41	215.338.695,46	225.257.216,50	289.487.879,34	956.690.278,71
	Quantidade	3.270	3.183	3.484	3.507	

Quadro 71 - Despesas com remuneração de servidores ativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

No período, a despesa com pessoal ativo registrou acréscimo de 21,21%, decorrente, principalmente, dos reajustes concedidos pelas [Lei n. 14.523, de 9 de janeiro de 2023](#) e [Lei 14.520, de 9 de janeiro de 2023](#).

Despesa com pessoal inativo						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2023	Valor	95.561.991,28	85.380.748,52	85.994.176,88	100.997.179,12	367.934.095,80
	Quantidade	1.196	1.204	1.225	1.233	
2024	Valor	103.535.476,97	91.096.349,26	94.435.107,86	111.568.423,94	400.635.358,03
	Quantidade	1.249	1.254	1.268	1.273	
2025	Valor	111.692.199,56	98.426.304,62	99.579.570,22	116.985.516,45	426.683.590,85
	Quantidade	1.284	1.291	1.301	1.306	

Quadro 72 - Despesas com remuneração de servidores inativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Em relação ao pessoal inativo, entre 2023 e 2025, o aumento das despesas foi de 15,96%, sob preponderante influência dos reajustes concedidos pelas [Leis n. 14.523/2023](#) e [n. 14.520/2023](#).

Despesa com pensionistas						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2023	Valor	18.422.883,16	16.454.353,33	16.310.156,51	19.248.941,69	70.436.334,69
	Quantidade	362	363	367	367	
2024	Valor	19.875.391,77	17.653.314,17	17.551.053,54	21.100.495,58	76.180.255,06
	Quantidade	371	377	378	379	
2025	Valor	20.822.926,94	18.270.312,99	18.159.378,18	21.339.753,86	78.592.371,97
	Quantidade	379	379	380	384	

Quadro 73 - Despesas com remuneração de servidores pensionistas
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Quanto aos pensionistas estatutários, a despesa total teve um incremento de 11,57% no período, destacando que, para parte desse público, os reajustes da pensão seguem os percentuais concedidos aos ativos e inativos, porém, para outra parte, os reajustes são vinculados aos reajustes concedidos aos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Despesa com ressarcimento de salários e encargos sociais de servidores cedidos						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2023	Valor	3.180.811,62	3.359.981,35	3.336.274,12	2.784.638,27	12.661.705,36
	Quantidade	47	51	55	56	
2024	Valor	3.415.489,54	3.639.373,29	3.949.235,56	4.561.470,49	15.565.568,88
	Quantidade	58	61	62	61	
2025	Valor	3.955.746,28	3.997.840,09	4.006.605,64	4.705.497,51	16.665.689,52
	Quantidade	58	58	60	61	

Quadro 74 - Força de Trabalho do STJ – Situação apurada em 31/12/2025
Fonte: CPAG/Sistema Ressorce

Em 2025, as despesas com os salários e encargos sociais ressarcidos aos órgãos de origem registraram um acréscimo de 31,32%.

Por fim, as principais ocorrências no período são as indicadas abaixo por ordem cronológica:

Principais ocorrências		
Data	Motivo da atualização	Público-alvo
jan/23	Aumento de 5,93% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MPS/MF n. 26, de 10/1/2023)	Inativos e pensionistas
fev/23	Aumento de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (1ª parcela da Lei n. 14.523/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
abr/23	Majoração do subsídio dos ministros do STF, com repercussão no valor dos subsídios de ministros do STJ (1ª parcela da Lei n. 14.520/2023)	Ministros
jan/24	Aumento de 3,71% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MPS/MF n. 2, de 11/1/2024)	Inativos e pensionistas
fev/24	Aumento de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (2ª parcela da Lei n. 14.523/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
fev/24	Majoração do subsídio dos ministros do STF, com repercussão no valor dos subsídios de ministros do STJ (2ª parcela da Lei n. 14.520/2023)	Ministros
dez/24	Restabelecimento do ATS de Magistrados a partir de 26/11/2024	Ministros
jan/25	Aumento de 4,77% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MPS/MF n. 6, de 10/1/2025)	Inativos e pensionistas
fev/25	Aumento de 6,13% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (3ª parcela da Lei n. 14.523/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
fev/25	Majoração do subsídio dos ministros do STF, com repercussão no valor dos subsídios de ministros do STJ (3ª parcela da Lei n. 14.520/2023)	Ministros

Quadro 75 - Justificativas para reajustes por categoria
Fonte: Coordenadoria de Pagamento

Programa de Estágio Remunerado

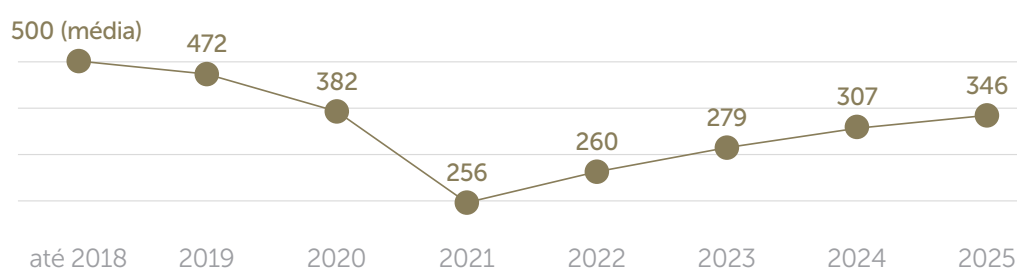
O Programa de Estágio Remunerado do Superior Tribunal de Justiça é regulamentado pela [Instrução Normativa STJ/GP n. 6 de 1º de março de 2019](#).

Para que uma unidade administrativa esteja apta a receber uma estagiária ou estagiário, é necessário que ofereça condições para a obtenção de experiências práticas por intermédio de atividades que guardem correlação com o nível educacional e, tratando-se de estudante de nível superior, com a área de formação acadêmica, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, educacional e profissional do educando.

O estágio nesta Corte é vedado à pessoa que tenha vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados; ocupe cargo, emprego ou função pública; seja militar ou titular de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; e a que for estagiária em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária, quando somada à do STJ, exceda a seis horas diárias. O STJ observa o previsto no [Enunciado Administrativo CNJ n. 7, de 19 de junho 2008](#), o qual proíbe a contratação de estagiária ou estagiário em situações que configurem nepotismo.

O ingresso de estagiárias e estagiários no STJ se dá por meio de processo seletivo precedido de convocação por edital público e é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola, conforme previsto no Contrato [STJ n. 05/2025](#), instrumento que rege as relações contratuais entre este Tribunal e o referido agente de integração. O total de bolsas de estágio previsto no contrato é de 755 bolsas.

Média de Bolsas de Estágio ocupadas por ano



Quadro 76 - Histórico de bolsas de estágio

Comparativamente às médias de bolsas ocupadas nos anos de 2023 e 2024, pode-se observar que, em 2025, este quantitativo manteve-se crescente, impulsionado pelo reajuste das bolsas de estágio ([Portaria STJ/GP n. 53 de 27 de janeiro de 2025](#)).

Ademais, o fato de haver dois processos seletivos vigentes (*Editais n. 1/2024 e n. 2/2024*) com listas de candidatos aprovados aptos ao ingresso no Programa de Estágio e a realização de novos certames em 2025 (*Edital n. 1/2025 e Edital n. 2/2025*) viabilizou o atendimento das demandas das unidades por estagiários de maneira ininterrupta.

Alguns fatores impactaram positivamente o Programa de Estágio, tornando-o mais atrativo aos estudantes interessados e garantindo maior permanência dos estagiários no Tribunal: reajuste dos valores das bolsas de estágio e a autorização do Ministro Presidente de alteração da carga horária, de 20 para 30 horas semanais, de três bolsas de estágio lotadas nos Gabinetes de Ministros.

Em termos de custos, em 2025, houve um incremento de 55% nas despesas com estágio, comparando-se a 2024. Saiu-se de R\$ 5.253.509,00 para 8.126.392,82.

Contratação de Pessoal de Apoio

As informações sobre as contratações de mão de obra terceirizada alocada nesta Corte encontram-se disponibilizadas no portal da *Transparência e prestação de contas*, no sítio do Tribunal na internet.

Licitações e contratos

As informações sobre o tema licitações e contratos estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ.



Quadro 77 - Licitações e Contratos

Patrimônio e obras

As informações sobre o tema patrimônio e obras estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ.



Quadro 78 - Patrimônio e Obras no STJ

Gestão de tecnologia da informação

A estratégia em Tecnologia da Informação e Comunicação contribui efetivamente para o desempenho e execução do *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, por meio das ações definidas no *PDTIC 2025-2026*. É importante frisar que o assunto também foi tratado no item Planejamento Estratégico deste relatório. Aqui, verificar-se-á como ficou a aplicação de recursos do orçamento do Tribunal, especificamente em TI.



Quadro 79 - Execução orçamentária de TI em 2025

Entre as contratações mais relevantes de TI estão:

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR CONTRATADO
007239/2025	STI2025-017	Serviços de Multicloud do SERPRO	SERPRO - Serviço federal de Processamento de Dados	R\$ 128.350.513,91
021951/2024	STI2025-017	Fornecimento de uso de licenças de softwares Microsoft, na modalidade "Enterprise Agreement for Government" (EA) e "Enterprise Agreement Subscription for Government", contemplando suites para usuários, softwares para servidores de rede, gestão de TIC, editoração eletrônica, gerência de endpoints, diagramação, desenvolvimento integrado e análise de negócios	Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A e Brasoftware Informática Ltda.	R\$ 62.864.328,60

continua...

...continuação

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR CONTRATADO
043526/2022	STI2025-069	Aquisição de licenciamento para subscrições VMware vDefend Firewall with Advanced Threat Prevention (Bundle), VMware Cloud Foundation - VCF e VSan Add-on, com prestação contínua de serviços de suporte técnico, instalação, configuração, treinamento, migração do ambiente de virtualização e manutenção corretiva e evolutiva.	OST Tecnologia Ltda.	R\$ 14.614.016,00
022023/2024	STI2025-095	Prestação de serviços de Sustentação (Suporte Técnico, Apoio Operacional) e Manutenção Evolutiva do SISPROSER	Benner Tecnologia	R\$ 9.978.426,90
006396/2025	STI2025-128	Aquisição de servidor de rede com placas GPU para processamento de inteligência artificial, com garantia, serviço de suporte técnico e serviço de instalação.	Dell Computadores do Brasil Ltda.	R\$ 7.289.166,00
021812/2024	STI2025-042	Prestação de serviços continuados de operação de soluções de segurança da informação e defesa cibernética do STJ, em regime dedicação exclusiva de mão de obra	Interop Informática Ltda.	R\$ 7.197.998,64
005492/2024	STI2025-124	Fornecimento de solução de Detecção de Ameaças de Rede, composta de NDR e NPB, para permitir a detecção de atividades maliciosas na rede de dados, por meio de aprendizado de máquina, análise comportamental, entre outros mecanismos, serviços de instalação e configuração, com prestação contínua de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva.	Blue Eye Soluções em Tecnologia Ltda.	R\$ 5.768.000,00
032318/2024	STI2025-109	Registro de preço para fornecimento de solução de painel de LED com processamento de vídeo; fornecimento de solução itinerante de exibição de imagens, composta por monitores de vídeo profissionais; suportes de piso com rodízio e regulagem de altura; transmissores e receptores de vídeo sem fio	Absolut Technologies Projetos e Consultoria Ltda. e Microsens S.A.	R\$ 5.391.629,44
022022/2024	STI2025-092	Prestação de serviço contínuo de subscrições para o uso de softwares Adobe para publicações digitais em PDF ou HTML com direito à suporte técnico do fabricante e a atualizações do software para a versão mais recente.	MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	R\$ 2.263.566,00

Quadro 80 - Contratações mais relevantes de TI

Interessante mostrar, ainda, a relação das contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2025.

CADEIA DE VALOR	ENTREGAS	RESULTADOS E BENEFÍCIOS
1. Gestão de Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alteração do cadastro de cargos (SARH) para flexão de gênero no SEI. 2. Disponibilização de dados sobre pessoas com deficiência no Portal do Gestor. 3. Integração do SARH e Administra com o DIVA. 4. Licença Compensatória para servidores/servidoras - operacionalização em folha. 5. Pagamento de Licença Indenizatória para Magistrados - Juizes Temporários. 6. Adicional de Tempo de Serviço para Magistrados - registro, reajuste e pagamento automático. 7. Alterações no SARH para implantação do Novo AQ. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos às diretrizes de acessibilidade e inclusão. 2. Padronização e automatização dos processos de gestão de pessoas. 3. Ampliação da transparência e da conformidade normativa. 4. Redução de retrabalho manual. 5. Melhoria do apoio à tomada de decisão gerencial. 6. Aumento da confiabilidade das informações funcionais e financeiras.
2. Gestão Administrativa e Financeira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação das Informações de Tributação do Sistema Administra. 2. Evolução do STJ MEMO - SJD (melhorias e pesquisa de satisfação). 3. DIRF - Gestor Web e Portal do Fornecedor. 4. Catalogação e totalização de despesas no Administra (COMPRASNET). 5. Gestão e publicidade das sanções administrativas a empresas contratadas. 6. Cancelamento de proposta orçamentária de precatórios. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria da conformidade fiscal e administrativa e padronização e qualificação das informações institucionais. 2. Fortalecimento da governança administrativa. 3. Melhoria da qualidade dos serviços internos. 4. Aprimoramento do controle orçamentário e financeiro. 5. Maior transparência na gestão de recursos públicos. 6. Fortalecimento da gestão de contratos. 7. Mitigação de riscos administrativos e legais.
3. Julgamento e Gabinete	<ol style="list-style-type: none"> 1. Novo Sistema de Julgamento Virtual. 2. Nova Chancela dos Ministros. 3. Inclusão automática das pautas do dia nos índices de sessão. 4. Indicação de votos acompanhando ou divergindo. 5. Indicação da prescrição da pena. 6. Indicação de Metas do CNJ. 7. Etiquetas personalizadas no Escaninho. 8. Novas regras automáticas para Gabinetes. 9. Nova Resolução de Processos Sigilosos. 10. Sistema de segurança e controle de permissões para Gabinetes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da celeridade e eficiência dos julgamentos. 2. Padronização e segurança na formalização das decisões. 3. Maior transparência das sessões de julgamento. 4. Melhoria do controle processual. 5. Apoio ao cumprimento de metas institucionais. 6. Controle adequado de acessos a dados sensíveis. 7. Praticidade para Srs. Ministros. 8. Melhoria contínua dos sistemas informatizados de julgamento.
4. Jurisprudência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização de ferramentas de IA (Ementas CNJ e Busca Inteligente). 2. Migração do Banco de Dados da Jurisprudência. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação da eficiência na pesquisa jurisprudencial. 2. Modernização tecnológica. 3. Garantia de continuidade e confiabilidade do acervo jurisprudencial. 4. Praticidade para usuários internos e externos.

CADEIA DE VALOR	ENTREGAS	RESULTADOS E BENEFÍCIOS
5. Judiciária e Jurisdicionado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diário de Justiça Nacional -Integração CNJ. 2. Domicílio Judicial - Integração CNJ. 3. CPE - Petição Intercorrente - Integração CNJ. 4. Novo Depósito Judicial - Internet. 5. Nova Custas Judiciais - Internet. 6. Sistema de acompanhamento das sessões virtuais pelo Portal do STJ. 7. Sistema para envio de esclarecimentos em sessão virtual - Internet. 8. Calendário de Eventos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação do acesso do jurisdicionado aos serviços judiciais. 2. Interoperabilidade com soluções nacionais do CNJ. 3. Maior transparência e efetividade da comunicação processual. 4. Melhoria da experiência do usuário externo.
6. Documentação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Migração de processos e documentos do Fluxus para o SEI. 2. Reconstrução da integração do SEI com a nova versão da BDJUR. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centralização e padronização da gestão documental. 2. Preservação da memória institucional. 3. Melhoria do acesso à informação. 4. Aumento da eficiência administrativa.

Quadro 81 - Contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2025

Para mais informações, acesse o portal da [Transparência e prestação de contas](#).




Sustentabilidade

O tema é mensurado por meio do *Plano de Logística Sustentável do STJ – PLS/STJ*, que é um instrumento de gestão administrativa e da Política de Governança de Contratações, cujo principal objetivo é “desenvolver a eficiência, a transparência e os processos de trabalho, bem como possibilitar decisões de gestão mais precisas e responsivas”.

Atualmente, a ferramenta monitora dados e cumprimento de metas para vinte temas e é atualizada anualmente, por meio de relatórios de desempenho publicados no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ. O plano conta com uma Comissão Gestora (*Portaria STJ/GDG n. 218 de 9 de março de 2023*).

O PLS/STJ é considerado um auxiliar ao *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, seguindo a mesma periodicidade dos ciclos estratégicos, e seus resultados são acompanhados por meio do indicador estratégico **Aderência às metas do PLS/STJ**.

Destaca-se que o desempenho do Tribunal quanto à sustentabilidade também compõe o Índice de Desempenho de Sustentabilidade e o Prêmio CNJ de Qualidade, ambos monitorados pelo Conselho Nacional de Justiça.

TEMA	INDICADOR	META 2021 A 2026	META 2025	RESULTADO 2025	Meta alcançada	Projeto relacionado
 Copos descartáveis	sacos de 100 unidades	reduzir 90%	220	411	não	STJ Menos Plástico
 Água emvasada 500 ml	unidades	reduzir 25%	15.548	38.172	não	STJ Menos Plástico
 Café e açúcar	consumo em kg	reduzir 10%	21.939	32.020	não	Ilhas de café
 Material de expediente	consumo em unidades	reduzir 10%	11.485	5.951	sim	
 Papel	resmas	reduzir 50%	4.526	4.581	não	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Impressões/equipamento	aumentar 28%	9.597	7.182	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Impressões/usuário	reduzir 16%	428	252	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Custo/equipamento	aumentar até 52%	R\$ 7.094,00	R\$ 5.453,82	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Telefonia móvel	custo/linha	reduzir 2,5%	R\$ 2.756,28	R\$ 3.398,42	não	
 Telefonia fixa	custo/linha	reduzir 10%	R\$ 27,75	R\$ 2,66	sim	
 Energia elétrica	consumo/m²	reduzir 2,5%	63,57	68,51	não	Usina Fotovoltaica Campanhas internas
 Água e esgoto	consumo/m²	reduzir 2,5%	0,47	0,48	não	Campanhas internas
 Limpeza (Contrato)	custo/m²	manter	R\$ 78,90	R\$ 59,08	sim	
 Limpeza (Material)	custo dos materiais	manter	R\$ 714.513,26	R\$ 1.034.641,24	não	
 Veículos	quantidade de veículos	reduzir 15%	134	181	não	Mova STJ
 Veículos (manutenção)	custo de manutenção/veículo	reduzir 10%	R\$ 5.248,72	R\$ 9.086,92	não	Mova STJ
 Veículos (motoristas)	custo de motorista/veículo	reduzir 6%	R\$ 11.421,34	R\$ 18.330,96	não	Mova STJ
 Combustíveis	litros de etanol e gasolina/veículo	manter	1.010,30	1.199,38	não	Mova STJ
 Combustíveis	litros de diesel/veículo	reduzir 15%	1.064,66	747,68	sim	Mova STJ

Quadro 82 - Metas e resultados PLS-STJ Fonte: AGS

Em 2025, foi implementado o projeto "**Lixo Certo, Carbono Zero**", visando à redução das emissões de gases de efeito estufa relacionadas a resíduos. Além disso, a ideia é revitalizar o programa de gestão de resíduos do STJ. Trata-se da primeira ação em execução do Plano de Descarbonização a contribuir para o compromisso do Poder Judiciário com a neutralidade de carbono até 2030, conforme estabelecido pela **Resolução CNJ n. 594, de 8 de novembro de 2024**.



Quadro 83 - Programa lixo certo, carbono zero

Para mais informações, basta acessar o portal da **Transparência e prestação de contas**, em **Plano de Logística Sustentável STJ**.



Quadro 84 - PLS/STJ 2021-2026

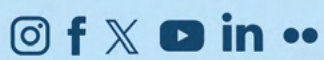
No exercício, o STJ, juntamente com o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, participou da organização do *Dia da Justiça, do Clima e dos Direitos Humanos*, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Belém.



Quadro 85 - Dia da Justiça, do Clima e dos Direitos Humanos, durante a COP30



SAFS, Quadra 6, Lote 1
CEP: 70.095-900, Brasília - DF
fone: (61) 3319-8000



SIGA NOSSAS REDES

@STJnoticias | stj.jus.br

